



2022

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro

Andrade Gutierrez S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

CONTEÚDO

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Newton Brandão
Diretor de Controladoria

Leandro Gonçalves
Gerente de Contabilidade

SUMÁRIO



BALANÇO PATRIMONIAL.....	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	15
7. ESTOQUES	17
8. IMPOSTOS A RECUPERAR	17
9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS	18
10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS	18
11. IMOBILIZADO.....	23
12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	25
13. ATIVO INTANGÍVEL	26
14. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	27
15. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS	29
16. DEBÊNTURES	29
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	33
18. PARTES RELACIONADAS.....	37
19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	39
20. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	39
21. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	41
22. OUTROS PASSIVOS.....	44
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45
24. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS	45
25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	47
26. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	48
27. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	48
28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	48
29. SEGUROS	49
30. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	49
31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA	55
32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	55

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e diretores da
Andrade Gutierrez S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Andrade Gutierrez S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (letra a) e dos possíveis impactos (letras b e c) do contido no item 2. Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Andrade Gutierrez S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Standard Accounting Board (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Expectativa de não realização futura de ativos: Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 e 7 às demonstrações financeiras consolidadas, o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022 possui saldos de ativos, oriundos da controlada indireta Andrade Gutierrez Engenharia S.A., representados por: (1) recebíveis registrados por sua sucursal no Equador, originários de projetos já executados, no valor de R\$58.537 mil (R\$38.634 mil líquido dos efeitos tributários); (2) recebíveis de longo prazo registrados na controlada indireta AG Construções e serviços S.A. no valor de R\$59.913 mil (R\$39.543 mil líquido dos efeitos tributários); e (3) saldos a receber, registrados como "Títulos e Valores Mobiliários", em função de inclusão do título em Fundo de Direito Creditório, cuja origem é proveniente, substancialmente, de precatório emitido pela Secretaria de Transportes do Estado do Amazonas, no valor de R\$579.613 mil (R\$382.545 mil líquido dos efeitos tributários).

Para todos estes saldos, não existe expectativa de realização (recebimento) futura, bem como não as havia em exercícios anteriores. Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, as rubricas de títulos e valores mobiliários e de investimentos estão apresentadas a maior por R\$470.000 mil e R\$117.919 mil, respectivamente, bem como o total do patrimônio líquido negativo está apresentado a menor em R\$499.548 mil, líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no resultado positivo de R\$641.191, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, nessa data, apresenta capital circulante líquido em R\$2.668 mil e Patrimônio Líquido Negativo de R\$4.401.457 mil. Esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvidas relevantes quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfases

Chamamos a atenção para os assuntos descritos nas notas explicativas nº 12.4 e nº 23, respectivamente a seguir apresentados, que sobre os quais o nosso relatório de auditoria não está ressalvado:

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, nas demonstrações financeiras, as investidas indiretas, Concessionária Rio Mais e Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A., são garantidoras de Três Cédulas de Crédito Bancário ("CCB"), emitidas junto à Caixa Econômica Federal, pelos seus acionistas, todas datadas de 22 de dezembro de 2015, no valor inicial de R\$28 milhões cada. A referida garantia foi constituída através da hipoteca dos imóveis designados por Lote 2 do PAL 48434 e Lote 21 do PAL 48085, na proporção de seus investimentos para cada CCB, respectivamente. A Companhia informa que as tomadoras se encontram inadimplentes e que existem negociações em curso por essas Companhias. As administrações da Investida e da Companhia não esperam que seus ativos sejam afetados por essa inadimplência.;

(ii) Transações relevantes mantidas com partes relacionadas (nota explicativa nº 23): A Companhia possui saldos relevantes a receber e a pagar mantidos com partes relacionadas, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser lidas neste contexto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram examinadas por nós e emitimos o nosso relatório em 31 de abril de 2022, com opinião modificada contendo o mesmo assunto apresentado acima, na seção “Base para opinião com ressalva”, além de: (i) certos acordos que estavam em negociação junto ao CADE e outros órgãos da administração pública estadual e, para os quais, não tínhamos recebido informações sobre a natureza e os valores envolvidos; e (ii) sobre a sua sucursal localizada no Peru está sob investigação pelo Ministério Público daquele país, acerca de seu envolvimento em certos atos considerados pelo governo peruano como ilícitos, onde não tínhamos condições de concluir se seria necessário ajustes adicionais.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2023.

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC – 1RJ-032.470/O-9-T-SP

Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador CRC – MG 94.028/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7



Levantados em 31 de dezembro de 2022 (expressos em R\$ mil)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.590	1.934	323.402	367.126
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	320.589	136.043
Contas a receber de clientes	6	-	-	1.090.951	1.147.779
Créditos com partes relacionadas	18	47.635	60.345	292.591	323.649
Estoques	7	-	-	155.543	182.161
Despesas antecipadas		240	479	75.616	96.639
Impostos a recuperar	8	1.654	1.862	215.934	276.024
Adiantamentos diversos	9	20	2.639	109.729	100.523
Dividendos a receber		-	-	37.151	7.190
Ativos mantidos para venda	10	-	-	-	1.445.344
Outros ativos circulantes		2.808	2.808	69.730	39.499
Total do ativo circulante		53.947	70.067	2.691.236	4.121.977
Não circulante					
Ativo realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	642.371	606.669
Contas a receber de clientes	6	-	-	720.938	880.851
Créditos com partes relacionadas	18	386.310	440.218	133.979	212.878
Depósitos judiciais e cauções	20	69	69	71.230	70.978
Tributos sobre o lucro	21	-	-	1.168.300	1.197.113
Impostos a recuperar	8	-	-	127.033	124.591
Outros ativos realizáveis a longo prazo	7	-	-	32.640	89.247
Total do realizável a longo prazo		386.386	440.287	2.896.491	3.182.327
Investimentos	10	472.720	71.621	183.544	177.473
Propriedades para investimento	12	-	-	86.269	84.602
Imobilizado	11	1.315	184	295.595	219.871
Intangível	13	-	-	58.123	65.814
Direitos de uso de arrendamentos	14	-	-	40.443	47.742
Total do ativo não circulante		860.421	512.092	3.560.465	3.777.829
Total do ativo		914.368	582.159	6.251.701	7.899.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Levantados em 31 de dezembro de 2022 (expressos em R\$ mil)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e subempreiteiros	15	642	952	1.014.050	1.154.320
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	15	-	-	22.502	32.148
Debêntures a pagar	16	44.731	241.200	78.207	1.111.942
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	471.443	885.899
Passivos de arrendamentos	14	-	-	11.779	12.802
Dêbitos com partes relacionadas	18	62	-	56.099	13.420
Adiantamentos de clientes		-	-	737.095	543.613
Salários, provisões e obrigações sociais		464	2.304	138.368	242.239
Impostos e contribuições a recolher	19	5.380	2.644	346.854	299.293
Dividendos a pagar		-	-	-	2.028
Outros passivos circulantes	22	-	-	209.203	198.066
Total do passivo circulante		51.279	247.100	3.085.600	4.495.770
Não circulante					
Debêntures a pagar	16	105.816	-	365.642	1.353.860
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	2.474.825	2.960.645
Passivos de arrendamentos	14	-	-	27.802	37.611
Dêbitos com partes relacionadas	18	1.730.011	1.664.074	585.328	444.220
Impostos e contribuições a recolher	19	7.278	2.067	501.275	128.832
Tributos sobre o lucro	21	-	-	18.387	3.684
Adiantamentos de cliente		-	-	324.631	431.990
Provisões para risco	20	-	-	299.799	478.678
Provisão para perdas em investimentos	10	3.418.171	3.511.427	765.205	635.658
Outros passivos não circulantes	22	3.270	1.744	2.204.580	1.773.012
Total do passivo não circulante		5.264.546	5.179.312	7.567.474	8.248.190
Total do passivo		5.315.825	5.426.412	10.653.074	12.743.960
Patrimônio líquido					
Capital social	23	2.000	2.000	2.000	2.000
Reserva de capital		39.474	39.474	39.474	39.474
Resultados acumulados		(2.719.788)	(3.361.324)	(2.719.788)	(3.361.324)
Outros resultados abrangentes		(1.723.143)	(1.524.403)	(1.723.143)	(1.524.403)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		(4.401.457)	(4.844.253)	(4.401.457)	(4.844.253)
Participação de acionistas não controladores		-	-	84	99
Total do patrimônio líquido		(4.401.457)	(4.844.253)	(4.401.373)	(4.844.154)
Total do passivo e patrimônio líquido		914.368	582.159	6.251.701	7.899.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez S.A.
Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços prestados e vendas	24	-	-	2.685.136	1.962.348
Custos dos serviços prestados e das vendas	25	-	-	(2.212.760)	(1.927.560)
Lucro (Prejuízo) bruto		-	-	472.376	34.788
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(49.953)	(20.047)	(644.517)	(546.247)
Resultado de equivalência patrimonial	10	818.386	(1.102.822)	489.411	(132.556)
Reversões de (provisões para) perdas e riscos, líquido		-	-	166.998	(125.335)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido		(350)	(133)	1.598.513	291.554
		768.083	(1.123.002)	1.610.405	(512.584)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		768.083	(1.123.002)	2.082.781	(477.796)
Resultado financeiro, líquido	26	(126.892)	(208.279)	(1.155.442)	(992.299)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		641.191	(1.331.281)	927.339	(1.470.095)
Tributos sobre o lucro					
Corrente	21	-	-	(330.720)	(1.540)
Diferido		-	-	44.572	140.354
		-	-	(286.148)	138.814
Resultado líquido		641.191	(1.331.281)	641.191	(1.331.281)
Resultado líquido atribuído aos acionistas controladores		641.191	(1.331.281)	641.191	(1.331.281)
Resultado básico e diluído por ação atribuído aos acionistas:					
Ação ordinária - em R\$	27	320,5955	(665,6405)	320,5955	(665,6405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	641.191	(1.331.281)	641.191	(1.331.281)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão dos investimentos	(352.377)	289.929	(352.392)	289.927
Variações cambiais sobre os saldos de investimentos líquidos no exterior	116.068	(286.517)	116.068	(286.517)
IR e CSLL sobre as variações cambiais de investimentos no exterior	(28.797)	97.416	(28.797)	97.416
Outros resultado abrangentes reflexos	66.366	(25.211)	66.366	(25.211)
	(198.740)	75.617	(198.755)	75.615
Total do resultado abrangente	442.451	(1.255.664)	442.436	(1.255.666)
Participação dos acionistas controladores	442.451	(1.255.664)	442.451	(1.255.664)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(15)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reserva de capital	Resultados acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido de acionistas controladores	Patrimônio líquido de acionistas não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.000	39.474	(2.018.376)	(1.600.020)	(3.576.922)	101	(3.576.821)
Reversão de imposto diferido reflexo	-	-	(12.278)	-	(12.278)	-	(12.278)
Efetivação de lucro não realizado reflexo	-	-	503	-	503	-	503
Outras transações de capital	-	-	108	-	108	-	108
Resultado líquido do exercício	-	-	(1.331.281)	-	(1.331.281)	-	(1.331.281)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	75.617	75.617	(2)	75.615
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.000	39.474	(3.361.324)	(1.524.403)	(4.844.253)	99	(4.844.154)
Efetivação de lucro não realizado reflexo	-	-	345	-	345	-	345
Resultado líquido do exercício	-	-	641.191	-	641.191	-	641.191
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(198.740)	(198.740)	(15)	(198.755)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.000	39.474	(2.719.788)	(1.723.143)	(4.401.457)	84	(4.401.373)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Resultado líquido do exercício		641.191	(1.331.281)	641.191	(1.331.281)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	24	455	1.674	78.754	73.843
(Ganho) perda na alienação de imobilizado		-	-	18.892	4.878
Baixas Direito de Uso e Arrendamento		-	-	(1.899)	-
Impairment (reversão de impairment) de ativos		-	-	-	3.879
Juros de arrendamento/ empréstimos e variações cambiais líquidas	25	126.724	203.997	1.222.150	621.456
Equivalência patrimonial	10	(818.386)	1.102.822	(489.411)	132.556
Constituição de provisão para riscos, líquidas	20	-	-	(173.822)	85.674
Constituição (reversão) de provisão para perdas sobre contas a receber de curto e longo prazo, líquida	6	-	-	(14.232)	(65.176)
Valor justo das propriedades para investimento	12	-	-	(1.667)	18.398
Tributos sobre o lucro	21	-	-	44.572	(140.354)
(Ganho) perda em investimentos		-	-	(1.901.235)	(9.205)
Constituição de provisão para acordos e indenizações, líquidas		-	-	-	29.723
Resultado na venda das debêntures da LIQ		-	-	-	42.538
Outros		(124)	462	(34.899)	75.026
		(50.140)	(22.326)	(611.606)	(458.045)
(Aumento) redução dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	235.960	620.242
Adiantamentos diversos		-	1	(10.119)	(6.736)
Estoques		-	-	32.466	(8.463)
Impostos a recuperar		208	273	35.626	(1.748)
Depósitos judiciais e cauções		-	-	(252)	219
Despesas Antecipadas		239	(252)	21.351	(6.278)
Outros ativos		(7)	-	70.751	-
		440	22	385.782	597.236
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Fornecedores e subempreiteiros		(310)	(741)	(186.374)	(1.083)
Adiantamentos de clientes		-	-	60.104	58.997
Salários, provisões e obrigações sociais		(1.840)	338	(114.177)	776
Impostos a recolher		5.697	4.035	344.796	(24.440)
Outros passivos		1.526	1.387	176.713	(73.704)
		5.073	5.019	281.062	(39.454)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(44.627)	(17.285)	55.237	99.737
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Dividendos recebidos		809.257	-	33.098	73.013
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	(167.652)	121.246
Aquisições de Investimento/Aumento de capital em investidas	10	(683.639)	(110)	(59.775)	(10.616)
Aquisição/Recebimento na venda do ativo imobilizado, intangível e direito de uso	11 - 13 - 14	(1.366)	-	(163.967)	(94.618)
Recebimento de empresas ligadas, líquido	18	44.808	11.793	(415.246)	21.916
Recebimento por alienação de participação em investida	10	-	-	4.127.060	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		169.060	11.683	3.353.518	110.941
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Captações	16 - 17	-	-	344.852	143.708
Pagamento de principal das obrigações de financiamentos	16 - 17	(103.600)	-	(3.298.809)	(144.491)
Pagamento de juros de arrendamentos	14	-	(22)	590	(1.578)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	16 - 17	(21.177)	-	(463.163)	(82.916)
Pagamento principal de passivos de arrendamentos	14	-	(1.807)	(13.978)	(19.616)
Pagamento principal de financiamento de imobilizado	17	-	-	(22.213)	(19.669)
Aumento de Capital		-	-	-	1.420
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(124.777)	(1.829)	(3.452.721)	(123.142)
Ganhos resultantes de mudanças nas taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		-	-	241	1.688
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(344)	(7.431)	(43.724)	89.224
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.934	9.365	367.126	277.902
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.590	1.934	323.402	367.126
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(344)	(7.431)	(43.724)	89.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Andrade Gutierrez S.A. (individualmente “Companhia” ou “AGSA”; “Grupo AG”, em conjunto com suas controladas) constituída em 1966 e sediada à Avenida do Contorno, nº 8.123 em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma holding e tem como principal objetivo a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam na prestação de serviços de engenharia em geral e concessão de serviços públicos.

À Andrade Gutierrez S.A., cabe o papel de definir estratégias e monitorar resultados próprios e de suas investidas. Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos da Companhia, independentes entre si e cada qual responsável pela condução de seus respectivos interesses, foram estruturados em três segmentos: Engenharia, Concessões e Outros, conforme será detalhado nesta nota explicativa.

A AGSA, por ser uma holding, possui uma estrutura patrimonial diferente da maioria das empresas operacionais. Com isto, ela administra sua estrutura de capital, visando sua capacidade de continuidade operacional de maneira a oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios aos demais stakeholders. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$4.401.457, resultado positivo no exercício de R\$641.191 e capital circulante líquido positivo de R\$2.668 na controladora (R\$394.364 negativo no consolidado). Os resultados da AGSA dos últimos exercícios, foram negativamente afetados pelo reconhecimento de despesas financeiras sobre financiamentos e atualização monetária sobre transações com partes relacionadas em moeda estrangeira, reconhecimento de despesas assumidas no âmbito de acordos de leniência no segmento Engenharia, nas esferas Federal e Estaduais.

As ações que são tomadas pela Companhia no sentido de torná-la rentável, passam pela análise e adequação do seu endividamento, buscando alternativas para manter equilibrada sua estrutura de dívidas e os resultados futuros dos seus investimentos. A Companhia, juntamente com suas investidas, tem mantido conversação com os seus credores, para renegociar suas dívidas, de modo a adequar o fluxo de vencimentos. A Companhia avalia constantemente seus investimentos e eventuais desinvestimentos que possam contribuir na geração de caixa. A Administração conseguirá honrar todos os seus compromissos existentes sem incorrer em prejuízos adicionais.

A Companhia reestruturou os seus investimentos ligados à atividade de Engenharia do grupo AG dando enfoque de atuação em suas investidas CONSAG Engenharia S.A. e CONSAG C.S. S.A., com clientes do setor privado, adicionando em 2022 cerca de R\$3,6 bilhões de *backlog* referente a novos projetos contratados ou aditivos realizados em projetos em andamento. Através de sua investida Andrade Gutierrez Construções e Serviços S.A. “AGCS”, o grupo AG tem como objetivo a retomada do seu posicionamento no mercado nacional e internacional de obras públicas.

1.1. Segmento Engenharia

Representado pelas demonstrações financeiras consolidadas da Andrade Gutierrez Investimento em Engenharia S.A. (“AGIE”), empresa holding controladora da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (“AG Engenharia”), CONSAG Engenharia S.A. (CONSAG Engenharia) e AG Participações em Desenvolvimento Urbano S.A (“AGDU”).

1.1.1 AG Engenharia

A AG Engenharia tem como principal objetivo a prestação de serviços de engenharia em geral no país e no exterior.

No Brasil, a AG Engenharia atua em projetos relacionados à geração e transmissão de energia, como termelétricas, linhas de transmissão e usinas de geração solar, além de obras de infraestrutura em geral, destacando-se a construção, recuperação e remediação de barragens, mineração e obras de urbanização, dentre outros.

A AG Engenharia, por meio de sucursais, empresas controladas e investidas, está presente também em países da América Latina, Europa e África, oferecendo soluções integradas em engenharia de qualquer nível de complexidade com padrões de excelência, qualidade e responsabilidade socio ambiental.

Na América Latina, a AG Engenharia trabalha para aumentar suas operações nos mercados em que tem atuação consolidada e concentra esforços em viabilizar projetos estruturados e com financiamento externo. A Companhia está presente na Argentina, República Dominicana e Peru.

Nos mercados Europeu e Africano, a Companhia destaca operações em Portugal, Angola, Gana, Líbano e Moçambique.

1.1.2 CONSAG Engenharia

A CONSAG Engenharia tem como principal atividade operacional a prestação de serviços de engenharia em geral, destacando-se a construção de hidrelétricas, termoeletricas, usinas nucleares, plantas industriais, siderúrgicas, refinarias, portos, saneamento e urbanização, aeroportos, rodovias, ferrovias e obras correlatas no país.

A CONSAG Engenharia detém o controle acionário da Consag CS S.A. ("Consag CS"). A aquisição do controle acionário foi realizada entre empresas do grupo e visa dar continuidade à estratégia operacional da Companhia.

1.2. Segmento Concessões

O segmento Concessões é representado pelas participações acionárias detidas pela controlada direta da Companhia, Andrade Gutierrez Participações S.A. ("AGPAR"), na Companhia Operadora de Rodovias ("COR"), AGC Energia S.A. ("AGC Energia"), SAAG Investimentos S.A. ("SAAG"), SPE Holding Beira Rio S.A. ("BRIO") e Evolu Energia Participações S.A. ("Evolu"), além da participação de 32,67% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra ("COPER"). A AGPAR atualmente classifica seus investimentos em quatro segmentos de gestão: Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos; Energia; Arenas; e outros.

1.3. Outros

Representado pelas participações diretas da Companhia no capital social de suas controladas integrais Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A., Telis Participações S.A., Andrade Gutierrez International S.A., Logimed Sociedade Empresarial Ltda, entre outras em estágio não operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Os instrumentos financeiros são mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia

leva em consideração as características do ativo ou passivo, no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (“R\$”). Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares, exceto quando indicado de outra forma).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na inferência e conhecimento da administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas em diante, sem efeito em períodos anteriores.

As informações sobre os principais julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

2.4.1 Provisões para perdas em ativos financeiros – contas a receber

As provisões para perda em ativos financeiros da Companhia (*Expected Credit Loss – ECL*) são mensuradas com base em histórico de inadimplência, na conjuntura econômica do país, os riscos específicos da carteira, assim como as negociações em andamento, sejam por via administrativa ou judicial. Ainda conforme trazido pelo CPC 48, esta estimativa pode ser feita para as perdas esperadas durante toda a vida contratual do ativo financeiro ou para os próximos 12 (doze) meses, a depender das características de risco de crédito constatadas à data de elaboração das demonstrações financeiras.

2.4.2 Orçamento contratual

Os orçamentos dos custos e receitas para os contratos de construção são realizados por especialistas de engenharia desde a elaboração dos projetos até a sua realização total, com acompanhamento constante dos eventos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, que possam afetar diretamente o orçamento de cada empreendimento. Os orçamentos dos custos são elaborados considerando as obrigações de desempenho contidas em cada projeto e são revisados, no mínimo, anualmente e refletem a melhor estimativa da Administração da Companhia do que seriam os custos necessários a serem incorridos na execução de seus projetos.

2.4.3 Determinação da vida útil e depreciação – ativos imobilizados

A determinação da vida útil de itens do ativo imobilizado é feita com base em informações históricas e na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A Companhia conta com uma área composta por profissionais especialistas que aplicam premissas, estimativas e julgamentos para concluir sobre a vida útil de itens do ativo imobilizado. Estas estimativas são revistas, no mínimo, anualmente e sempre que há alteração na estimativa de vida útil de determinado bem, os impactos são reconhecidos no exercício em que houver tal alteração, sem impactos retrospectivos. As estimativas utilizadas para determinação da vida útil podem impactar a determinação do valor depreciável dos ativos e a respectiva curva de depreciação ao longo dos exercícios.

2.4.4 Determinação da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) – ativos imobilizados

Conforme detalhado na nota explicativa nº 11.5, a Companhia realiza periodicamente a revisão do valor recuperável de seus equipamentos pesados e veículos, através da contratação de empresa independente e especializada neste tipo de avaliação. Para a determinação da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos imobilizados, a empresa avaliadora se utiliza de premissas, julgamentos e estimativas que podem influenciar a definição do valor

recuperável dos ativos. As abordagens utilizadas para este trabalho de avaliação estão mais bem detalhadas na nota explicativa nº 11.5.

2.4.5 Avaliação de valor justo das propriedades para investimento

A Companhia reconhece suas propriedades para investimentos por seus respectivos valores justos. Esta avaliação é feita por empresa especializada independente que pode usar de julgamentos e estimativas para a determinação do valor justo das propriedades.

Detalhes sobre os métodos de avaliação utilizados para determinação do valor justo das propriedades para investimento estão demonstrados na nota explicativa nº 12.

2.4.6 Provisões para contingências

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de profissionais capacitados para avaliar, de acordo com a natureza de cada passivo a ser provisionado, o esforço financeiro a ser requerido para liquidar uma obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à tais passivos. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 20.2.

2.4.7 Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e em atendimento às determinações do CPC 32. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ou reconhecido na proporção da probabilidade de que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis e possam ser utilizados. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como as estimativas dos lucros tributáveis futuros, com base em estudos e projeções internas.

2.5. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, com exceção dos itens específicos apresentados abaixo. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.5.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dá, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou

Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Passivos financeiros

Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. O risco de perda, geralmente, reflete o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

2.5.2 Participações em consórcios

Os consórcios são constituídos da junção de duas ou mais entidades para a execução de projetos de engenharia. Os consórcios são caracterizados como empreendimento controlados em conjunto, uma vez que as empresas participantes detêm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos de acordo com seu percentual de participação no empreendimento. As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha nas contas de balanço e demonstração do resultado da Companhia, respeitando seu percentual de participação em cada um dos empreendimentos.

2.5.3 Despesas antecipadas

Referem-se principalmente a valores desembolsados para despesas ainda não incorridas, as quais serão alocadas no resultado.

2.5.4 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são os seguintes:

2.6.1 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis vigentes

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2022:

Norma	Descrição da alteração
CPC 27 – Imobilizado	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem receita de itens antes do uso pretendido.
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
CPC 15 (R1) – Combinação de negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.6.2 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da alteração
CPC 50 – Contratos de seguros	Adoção inicial.
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover orientação sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão desta demonstração financeira não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das investidas controladas pela Companhia, listadas abaixo:

CONSAG

Controladas	País	Atividade principal	Capital social (%)	
			31/12/2022	31/12/2021
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00
Telis Participações S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00
Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00
Andrade Gutierrez Administração S.A. (a)	Brasil	Administradora	-	100,00
Logimed Distribuidora Sociedade Emp. Ltda.	Brasil	Serviços de logísticas	100,00	100,00
Andrade Gutierrez International S.A.	Luxemburgo	Intermediação financeira	100,00	100,00
Moldavian Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	Intermediação financeira	100,00	100,00

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros e prejuízos acumulados das companhias controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas, despesas e de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias; e
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

Algumas companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas possuem saldos ativos e passivos com outras partes relacionadas que são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial e que, por isto, não são contempladas na consolidação destas demonstrações. Como resultado, as demonstrações financeiras consolidadas também apresentam saldos com partes relacionadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Política contábil

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponível	1.590	1.934	260.633	260.308
Restrito (a)	-	-	62.769	106.818
	1.590	1.934	323.402	367.126

(a) Referem-se a recursos recebidos contratualmente que devem ser alocados única e exclusivamente para utilização em projetos e consórcios plenos.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1. Política contábil

A prática da Companhia e de suas controladas, em relação aos títulos e valores mobiliários, caracteriza-se, essencialmente, pela intenção de manter os títulos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais destes instrumentos. Estes instrumentos possuem características de fluxos de caixa que representam unicamente o pagamento de principal mais juros. Considerando estas características e as diretrizes trazidas pelo CPC 48, a Companhia classifica estes títulos e valores mobiliários como ativos financeiros ao custo amortizado.

5.2. Composição

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Títulos Públicos (a)	1.610	2.975
Time deposit (b)	100.319	133.068
Certificado de Depósito Bancário (c)	218.660	-
	320.589	136.043
Não circulante		
Títulos Públicos (a)	-	17.516
Time deposit (b)	-	282
Fundo de investimento (d)	642.371	588.871
	642.371	606.669

(a) O saldo no consolidado refere-se a títulos públicos emitidos pelo governo angolano. Esses títulos públicos eram remunerados a juros pré-fixados a partir de 12% a.a.. Adicionalmente, a AG Engenharia possuía títulos públicos de emissão da Guiné Conacri, no valor de R\$17.516, em 31 de dezembro de 2021, os quais foram resgatados ao longo do exercício de 2022.

(b) Em 31 de dezembro de 2022 a AG Engenharia possuía R\$92.789 (R\$80.515 em 31 de dezembro de 2021) em *call deposit* com liquidez diária rendendo USD + 4,55% a.a., referente as operações da AG Engenharia e suas subsidiárias na Líbia.

- (c) A AG Engenharia passou a integrar no exercício o saldo de *Escrow Account* de recebíveis atrelados a empreendimento no Brasil de R\$185.418, tendo sua movimentação restrita conforme obrigações contratuais deste empreendimento. Os demais R\$7.530 (R\$34.365 em 31 de dezembro de 2021) representam investimentos de curto prazo, para garantir financiamentos captados pelas subsidiárias da AG Engenharia nas operações do Brasil. O valor de R\$33.242 refere-se a valor de aplicação financeira da AGPAR, exigido contratualmente, vinculado à 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em ações da AGPAR.
- (d) Cotas de fundo de investimento em ativos de longo prazo, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Precatório do Estado do Amazonas (i)	470.000	470.000
Demais direitos creditórios (ii)	109.613	109.613
Cotas de fundo de investimento (iii)	55.307	1.386
Saldos mantidos em garantia (iv)	7.451	7.872
	642.371	588.871

- (i) Saldo parcial a receber de precatório emitido pela Secretaria de Transportes do Estado do Amazonas.
- (ii) Saldos a receber oriundos de direitos creditórios perante entes públicos diversos, com destaque para o Estado e município de São Paulo, no montante de R\$49.615.
- (iii) Cotas de fundo de investimento aportado na Companhia através de operação de aumento de capital. O referido fundo possui saldos a receber oriundos da aquisição de debêntures privadas.
- (iv) Refere-se a saldos mantidos em garantia de empréstimos captados durante o exercício de 2022 junto ao Banco XP, conforme descrito na nota explicativa nº 17.2-a, e como garantia de obras no Brasil.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

6.1. Política contábil

O saldo de contas a receber de clientes é decorrente de prestações de serviços de engenharia e vendas atreladas à construção de empreendimentos de infraestrutura. Conforme política contábil utilizada pela Companhia para o reconhecimento de receita nos contratos de construção (ver nota explicativa nº 23), esta rubrica contempla, além das faturas emitidas contra seus clientes, os saldos ativos decorrentes da aplicação da metodologia do POC (percentual de conclusão, em português). Quando a receita reconhecida neste método exceder o montante de faturas efetivamente emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida dentro do grupo de “contas a receber de clientes”.

Conforme mencionado no item 2.4.7, as perdas de crédito esperadas nas contas a receber de clientes são registradas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas futuras na realização do crédito. As ECLs são mensuradas considerando as premissas descritas naquela nota.

6.2. Composição

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Cientes faturados	1.450.562	1.864.311
Ativos de contrato - serviços a faturar (CPC 47)	475.705	274.389
Contas a receber - via judicial	2.129.222	2.183.921
	4.055.489	4.322.621
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:		
Cientes	(228.973)	(279.326)
Contas a receber - via judicial	(2.014.627)	(2.014.665)
	(2.243.600)	(2.293.991)
Contas a receber, líquido	1.811.889	2.028.630
Circulante	1.090.951	1.147.779
Não circulante	720.938	880.851

6.3. Informações complementares sobre contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada direta da AG Engenharia, AG Construções e Serviços S.A., possuía valores a receber em aberto registrados, no montante de R\$59.913 (R\$59.913, em 31 de dezembro de 2021), para os quais não foi possível, até a emissão destas demonstrações financeiras, estimar quando esses recebíveis serão liquidados. Adicionalmente, a AG Engenharia possui valores a receber detidos por sua Filial do Equador, no montante de R\$23.508 (R\$25.136 em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos como ações judiciais transitadas em julgado. O grupo possui adiantamentos em aberto a fornecedores relacionados a esses projetos no Equador concluídos em exercícios anteriores, classificados como outros ativos não circulantes, no montante de R\$31.235 (R\$33.401 em 31 de dezembro de 2021).

Dadas as características e natureza desses recebíveis, não é possível estimar como e quando esses valores serão recebidos. A AG Engenharia acredita que não haverá perdas relevantes nas contas a receber de clientes além da provisão constituída.

6.4. Movimentação da provisão para perdas esperadas sobre recebíveis

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo do início do exercício	(2.257.832)	(2.290.834)
(Provisão)	-	(68.333)
Reversão	14.232	65.176
Saldo no final do exercício	(2.243.600)	(2.293.991)

6.5. Prazo de vencimento (*aging list*) dos recebíveis

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	240.445	52.691
Vencido há mais de 30 dias	3.339.339	3.995.541
(-) Provisão para devedores duvidosos	(2.243.600)	(2.293.991)
Ativos do contrato - serviços a faturar (CPC 47)	475.705	274.389
	1.811.889	2.028.630

7. ESTOQUES

7.1. Política contábil

O reconhecimento inicial dos estoques é feito pelo respectivo custo de aquisição, e sua mensuração posterior se dá pelo menor valor entre o custo médio das aquisições e o valor realizável líquido. Para subsidiar a análise de valor realizável líquido, a Companhia promove a realização de inventários físicos regularmente em suas unidades operacionais. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação e também não superam o valor realizável líquido destas. Os saldos demonstrados nesta rubrica representam, essencialmente, materiais destinados a aplicação nas obras em andamento.

7.2. Composição

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Material de consumo e almoxarifado	168.714	191.703
(-) Redução ao valor realizável líquido	(13.171)	(9.542)
	155.543	182.161

A administração da Companhia espera aplicar ou consumir os estoques em suas obras dentro de seu ciclo operacional normal e não são esperadas perdas significativas em relação ao valor realizável líquido dos estoques para além daquelas já reconhecidas.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

8.1. Política contábil

São reconhecidos nesta rubrica os saldos de créditos tributários a recuperar que se originam, substancialmente, de antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores e das retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e o referido imposto é retido pela instituição financeira. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundos de suas operações.

8.2. Composição

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
INSS	-	-	34.148	38.679
IRRF	1.629	1.837	4.025	3.842
IR/CS (a)	-	-	35.253	39.137
Imposto pago no exterior (b)	-	-	97.407	95.028
Impostos recuperáveis do exterior (c)	-	-	161.605	211.049
Outros	25	25	10.529	12.880
	1.654	1.862	342.967	400.615
Circulante	1.654	1.862	215.934	276.024
Não circulante	-	-	127.033	124.591

- (a) Valores a compensar relativos às antecipações de imposto de renda e contribuição social recolhidos a maior em exercícios anteriores.
- (b) Refere-se a imposto de renda pago pelas sucursais e investidas no exterior, o qual poderá ser deduzido no cálculo de impostos dos lucros advindos do exterior.
- (c) Refere-se aos impostos locais a recuperar de filiais e investidas no exterior decorrentes do curso normal de seus negócios.

Os créditos tributários são considerados realizáveis pela Administração no curso normal de suas operações no Brasil e no exterior.

9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

No curso normal de suas atividades, a Companhia realiza adiantamentos diversos a fornecedores e subempreiteiros para execução de suas obras em andamento, bem como para seus funcionários, incluindo adiantamentos de férias, de despesas de viagem e outras.

O saldo de adiantamentos diversos na Controladora em 31 de dezembro de 2022 é de R\$20 (R\$2.639 em 31 de dezembro de 2021) e no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$109.729 (R\$100.523 em 31 de dezembro de 2021).

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

10.1. Política contábil

Para fins dessas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são consolidados e os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras das controladas no exterior foram elaboradas com base nas políticas contábeis dos países onde estão localizadas e ajustadas ao CPC. Outros investimentos são reconhecidos ao custo, deduzido de provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia classifica uma investida como controlada quando possui o poder de influenciar, unilateralmente, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo o controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

As controladas em conjunto, são aquelas investidas sobre as quais a Companhia compartilha o controle com outros sócios, sem que possa exercer o controle unilateral, e que exigem consenso para que as decisões estratégicas da investida sejam aprovadas.

Quando a Companhia mantém ativos ou passivos em favor ou contra controladas no exterior que não possuem vencimento contratual liquidado, as participações societárias da Companhia nessas investidas são apresentadas pelo valor líquido. Isso

significa que a Companhia adiciona ao valor de seu investimento (que representa o patrimônio líquido de sua investida) os valores de ativos ou passivos financeiros mantidos com aquelas investidas no exterior. Esta prática contábil está de acordo com o CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações financeiras, sendo os saldos resultantes da sua aplicação apresentados a prazo. A conversão para reais (moeda funcional e de apresentação) é feita com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento das contas patrimoniais e nas taxas médias das contas de resultado, com ganhos e perdas de conversão reconhecidos em conta específica no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”, exceto para as investidas localizadas em economias hiperinflacionárias, cuja conversão é feita por outro método.

Para fins de apresentação, a Companhia reconhece as participações societárias líquidas positivas como “Investimentos” e quando a participação societária em um investimento resulta em valor negativo, o valor do investimento é registrado como “Provisão para perdas em investimentos”.

As demonstrações financeiras de controladas e joint ventures são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle total ou controle conjunto se inicia até a data em que deixa de existir. As principais políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto estão alinhadas às políticas contábeis aplicadas pela Companhia.

10.2. Relação das investidas e principais informações

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das investidas controladas pela Companhia listadas abaixo:

Controladora									
Companhias investidas	País	Atividade principal	Participação no capital social (%)		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido		
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Controladas									
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00	(3.139.380)	(2.689.370)	(939.900)	(921.148)	
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00	404.707	(639.174)	1.788.072	(185.381)	
Telis Participações S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00	(22.557)	(20.044)	(2.563)	(882)	
Andrade Gutierrez Administração S.A.	Brasil	Administradora	-	100,00	-	(41)	-	(2)	
Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00	(55.468)	(25.021)	(30.447)	(10.284)	
Andrade Gutierrez Internacional S.A.	Luxemburgo	Intermediação financeira	100,00	100,00	(200.766)	(137.776)	(51.033)	(18.055)	
Logimed Distribuidora Sociedade Emp. Ltda.	Brasil	Serviços de logística	100,00	100,00	27.998	30.227	(2.232)	31.562	
Moldavian Corporation	Ilhas Virgens	Intermediação financeira	100,00	100,00	40.015	41.393	1.302	1.368	
Consolidado									
Companhias investidas	País	Atividade principal	Participação no capital social (%)		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido		
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Controladas em conjunto									
Aecon AG Constructores S.A.	Equador	Serviços de engenharia	50,00	50,00	(1.310)	(1.310)	-	-	
Bellerive Serviços de Consultoria Ltda.	Portugal	Holding	50,00	50,00	-	(13.524)	-	-	
Constructora Sur S.A.	Peru	Serviços de engenharia	33,33	33,33	918	966	3	(99)	
Intersur Concesiones S.A.	Peru	Concessão rodoviária	33,33	33,33	81.860	116.925	54.266	39.007	
NEDL Construções de Dutos do Nordeste Ltda	Brasil	Serviços de engenharia	14,60	14,35	10.390	10.341	(904)	1.373	
Operadora Sur S.A.	Brasil	Concessionária de serviços	33,33	33,33	44.296	6.589	44.164	27.678	
Tamburi Com. Maq. Serv. Eng. Ltda	Brasil	Venda de mercadorias	50,00	50,00	-	(88)	(6)	(12)	
Torres Eólicas do Nordeste S.A.	Brasil	Venda de mercadorias	51,00	51,00	49.204	19.249	29.955	1.392	
UNICON - União das Construtoras Ltda	Brasil	Serviços de engenharia	25,00	25,00	(13.736)	(16.872)	4.068	(1.948)	
Parque Eólico Fortim	Brasil	Serviços de engenharia	36,70	36,70	-	5.632	(2.357)	(35)	
Parque Eólico Serra do Mel	Brasil	Serviços de engenharia	36,70	36,70	-	27	(27)	(84)	
Elos - Ligações Alta Velocidade	Portugal	Serviços de engenharia	7,61	7,61	743.783	843.573	-	-	
CCR S.A.	Brasil	Concessão de infraestrutura	-	14,86	-	8.264.762	-	695.631	
SAAG Investimentos S.A.	Brasil	Holding	16,58	16,58	7.314	157.142	(150.873)	(80.617)	
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	Brasil	Gestão de instalações de esp	50,00	50,00	5.157	(7.586)	(20.917)	(111.771)	
Companhia Operadora de Rodovias - COR	Brasil	Operação de rodovias	33,33	33,33	(4.350)	(549)	(3.657)	(1.538)	
Evolua Energia Participações S.A.	Brasil	Holding	50,00	33,33	33.417	50.509	(17.092)	(7.130)	
Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A.	Brasil	Outros	33,30	33,30	31.007	72.876	(41.869)	(3.389)	
Concessionária Rio Mais S.A.	Brasil	Outros	33,30	33,30	(2.579.174)	(1.372.751)	(489.635)	(531.498)	
Sucursal									
Sucursal Libia	Libia		100,00	100,00	(21.158)	(21.158)	-	-	

10.3. Movimentação dos saldos de investimento

Controladora	Movimentação do exercício							31/12/2022		31/12/2021	
	Patrimônio líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Distribuição de dividendos	Ajuste de conversão / O.R.A.	Resultados / acumulados / Reservas	Resultado do exercício	Aquisição (baixa) de investimento	Patrimônio líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos	Provisão para perdas em investimentos	
Controladas											
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A. (a)	(2.689.370)	683.579	-	(259.479)	-	(874.110)	-	(3.139.380)	-	(3.139.380)	
Andrade Gutierrez Participações S.A.	(639.174)	-	(809.257)	64.721	345	1.788.072	-	404.707	404.707	-	
Telis Participações S.A. (b)	(20.044)	-	-	-	-	(2.513)	-	(22.557)	-	(22.557)	
Andrade Gutierrez Administração S.A.	(41)	60	-	-	-	(1)	(18)	-	-	-	
Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.	(25.021)	-	-	-	-	(30.447)	-	(55.468)	-	(55.468)	
Andrade Gutierrez International S.A. (b)	(137.776)	-	-	(1.302)	-	(61.688)	-	(200.766)	-	(200.766)	
Logimed Distribuidora Sociedade Emp. Ltda. (b)	30.227	-	-	-	-	(2.229)	-	27.998	27.998	-	
Moldavian Corporation	41.393	-	-	(2.680)	-	1.302	-	40.015	40.015	-	
	(3.439.806)	683.639	(809.257)	(198.740)	345	818.386	(18)	(2.945.451)	472.720	(3.418.171)	

Controladas	Movimentação do exercício							31/12/2021		31/12/2020	
	Patrimônio líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Distribuição de dividendos	Ajuste de conversão / O.R.A.	Resultados / acumulados / Reservas	Resultado do exercício	Aquisição (baixa) de investimento	Patrimônio líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos	Provisão para perdas em investimentos	
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	(2.031.770)	202.001	-	61.547	-	(921.148)	-	(2.689.370)	-	(2.689.370)	
Andrade Gutierrez Participações S.A.	(474.375)	-	-	20.079	503	(185.381)	-	(639.174)	-	(639.174)	
Telis Participações S.A.	(62.353)	43.191	-	-	-	(882)	-	(20.044)	-	(20.044)	
Andrade Gutierrez Administração S.A.	(39)	-	-	-	-	(2)	-	(41)	-	(41)	
Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.	(16.157)	1.420	-	-	-	(10.284)	-	(25.021)	-	(25.021)	
Andrade Gutierrez International S.A.	(110.918)	-	-	(8.804)	-	(18.055)	-	(137.777)	-	(137.777)	
Logimed Distribuidora Sociedade Emp. Ltda.	10.946	-	-	-	(12.278)	31.562	-	30.230	30.230	-	
Allium Participações S.A.	52	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	
Moldavian Corporation	37.226	-	-	2.795	-	1.370	-	41.391	41.391	-	
	(2.647.388)	246.612	-	75.617	(11.775)	(1.102.822)	(50)	(3.439.806)	71.621	(3.511.427)	

(a) Com a venda da participação na CCR, realizada em agosto de 2022, o lucro não realizado de R\$65.790 da incorporação da AG Concessões pela AGPAR em 2018 foi reconhecido no resultado do exercício da AGSA (controladora), a título de resultado de equivalência patrimonial. O montante de outros resultados abrangentes refere-se, substancialmente a variações cambiais com investidas no exterior e ajustes acumulados de conversão.

(b) A Companhia reconheceu no exercício de 2022 o montante negativo de R\$10.602 na rubrica de resultado de equivalência patrimonial. Nos respectivos investimentos, os valores haviam sido reconhecidos em exercícios anteriores.

	Movimentação do exercício										Aplicação CPC					
	31/12/2021	Aumento (redução) de capital	Distribuição de dividendos	Ajuste de conversão / O.R.A.	Ajuste de tradução	Resultado do exercício	Resultados acumulados / Reservas	Aquisição (baixa) de investimento	Ganho na variação de participação	31/12/2022	Patrimônio líquido das investidas	Investimentos no exterior	Saldo ativo de investimentos	31/12/2022	Provisão para perdas em investimentos	
Controladas em conjunto																
Aecon AG Construtores S.A.	(655)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(655)	19.620	18.965	-	-	
Bellerive Serviços de Consultoria Ltda.	(6.762)	6.554	-	-	208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constructora Sur S.A.	322	-	-	-	(17)	1	-	-	-	306	-	-	306	-	-	
Interisur Concesiones S.A.	38.971	-	(29.440)	-	(334)	18.087	-	-	-	27.284	-	-	27.284	-	-	
NEDL Construções de Dutos do Nordeste Ltda	1.484	188	-	(23)	-	(132)	-	-	-	1.517	-	-	1.517	-	-	
Operadora Sur S.A.	2.196	-	(3.482)	-	1.330	14.720	-	-	-	14.764	-	-	14.764	-	-	
Tamburi Com. Maq. Serv. Eng. Ltda	(44)	47	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Torres Eólicas do Nordeste S.A.	9.817	-	-	-	-	15.277	-	-	-	25.094	-	-	25.094	-	-	
UNICON - União das Construtoras Ltda	(4.218)	-	-	-	(233)	1.017	-	-	-	(3.434)	-	-	-	(3.434)	-	
Parque Eólico Fortim	2.067	-	(1.202)	-	-	(865)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Parque Eólico Serra do Mel	10	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Elos - Ligações Alta Velocidade	64.179	-	-	-	(7.592)	-	-	-	-	56.587	-	-	56.587	-	-	
Outros Investimentos	(25.659)	-	-	-	19.557	(58)	-	-	-	(6.160)	-	-	-	(6.160)	-	
CCR S.A. (a)	1.511.122	-	1.722	(27.395)	-	647.915	345	(2.133.709)	-	-	-	-	-	-	-	
SAAG Investimentos S.A. (b)	157	174	-	-	-	882	-	-	-	1.213	-	-	1.213	-	-	
SPE Holding Beiro-Rio S.A. (c)	(3.793)	16.628	-	-	-	(10.255)	-	-	-	2.580	-	-	2.580	-	-	
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(183)	-	-	-	-	(1.267)	-	-	-	(1.450)	-	-	-	(1.450)	-	
Evolua Energia Participações S.A. (d)	16.836	-	-	-	-	(7.228)	-	15.000	-	24.608	-	-	24.608	-	-	
Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A.	24.568	-	-	-	-	(13.942)	-	-	-	10.626	-	-	10.626	-	-	
Concessionaria Rio Mais S.A.	(457.126)	-	-	1.644	-	(174.728)	-	-	-	(630.210)	-	-	-	(630.210)	-	
	1.173.289	23.591	(32.402)	(25.774)	12.919	489.411	345	(2.118.709)	-	(477.330)	19.620	183.544	183.544	(641.254)	-	
Sucursal																
Sucursal Líbia	(21.158)	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.158)	(102.793)	-	-	(123.951)	-	
	1.152.131	23.591	(32.402)	(25.774)	12.919	489.411	345	(2.118.709)	-	(498.488)	(83.173)	183.544	183.544	(765.205)	-	

	31/12/2020				Movimentação do exercício				31/12/2021		Aplicação CPC 02 (R2)		31/12/2021
	Patrimônio líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Distribuição de dividendos	Ajuste de conversão / O.R.A.	Ajuste de tradução	Resultado do exercício	Resultados acumulados / Reservas	Aquisição (baixa) de investimento	Ganho na variação de participação	Patrimônio líquido das investidas	Investimentos no exterior	Saldo ativo de investimentos	Provisão para perdas em investimentos
Controladas em conjunto													
Aecon AG Construtores S.A.	(655)	-	-	-	-	-	-	-	-	(655)	17.519	16.864	-
Bellerive Serviços de Consultoria Ltda.	(6.822)	-	-	60	-	-	-	-	-	(6.762)	-	-	(6.762)
Construtora Sur S.A.	361	-	-	(6)	-	(33)	-	-	-	322	-	322	-
Interstur Concesiones S.A.	24.315	-	(2.788)	4.443	-	13.001	-	-	-	38.971	-	38.971	-
NEDL Construções de Dutos do Nordeste Ltda	1.132	155	-	-	-	197	-	-	-	1.484	-	1.484	-
Operadora Sur S.A.	12.044	-	(19.079)	6	-	9.225	-	-	-	2.196	-	2.196	-
Tamburi Com. Maq. Serv. Eng. Ltda	(38)	-	-	-	-	(6)	-	-	-	(44)	-	-	(44)
Torres Eólicas do Nordeste S.A.	9.107	-	-	-	-	710	-	-	-	9.817	-	9.817	-
UNICON - União das Construtoras Ltda	(3.981)	250	-	-	-	(487)	-	-	-	(4.218)	-	-	(4.218)
Parque Eólico Fortim	2.080	-	-	-	-	(13)	-	-	-	2.067	-	2.067	-
Parque Eólico Serra do Mel	1.367	-	(1.326)	-	-	(31)	-	-	-	10	-	10	-
Elos - Ligações Alta Velocidade	64.756	-	-	(577)	-	-	-	-	-	64.179	-	64.179	-
Outros Investimentos	(19.397)	-	-	(1.783)	-	(4.529)	-	-	-	(25.709)	-	-	(25.709)
CCR S.A.	1.367.006	-	(44.777)	19.213	-	103.373	517	(1.445.332)	-	-	-	-	-
SAAG Investimentos S.A.	17.332	83	-	-	-	(17.258)	-	-	-	157	-	157	-
SPE Holding Beira-Rio S.A.	47.873	4.219	-	-	-	(55.885)	-	-	-	(3.793)	-	-	(3.793)
Companhia Operadora de Rodovias - COR	330	-	-	-	-	(513)	-	-	-	(183)	-	-	(183)
Evolua Energia Participações S.A.	3.155	5.799	-	2.698	-	(2.189)	-	-	7.373	-	-	16.836	-
Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A.	25.697	-	-	-	-	(1.127)	-	-	-	24.570	-	24.570	-
Concessionaria Rio Mais S.A.	(279.207)	-	-	(930)	-	(176.988)	-	-	-	(457.126)	-	-	(457.126)
	1.266.455	10.506	(67.970)	23.124	-	(132.554)	517	(1.445.332)	7.373	17.519	177.473	(497.835)	
Sucursal													
Sucursal Libia	(21.158)	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.158)	(116.665)	-	(137.823)
	1.245.297	10.506	(67.970)	23.124	-	(132.554)	517	(1.445.332)	7.373	(99.146)	177.473	(635.658)	

(a) Além da participação proporcional no patrimônio da investida, encontra-se registrado nesta linha, ágio no montante de R\$290.542, proveniente da transação de compra de ações da CCR e fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da investida. Em 31 de agosto de 2022, a AGPAR concluiu o processo de alienação da totalidade de suas ações de emissão da CCR (300.149.836 ações ordinárias, correspondentes a 14,86% do capital social da CCR) pelo valor de R\$13,75 cada, totalizando R\$4.127.060, que foram pagos, em dinheiro, à vista, no dia 12 de setembro de 2022. O valor da venda foi ajustado em razão de dividendos pagos pela CCR, no valor de R\$26.245 em abril de 2022.

(b) A investida reconheceu no exercício um resultado negativo de R\$150.873. Este resultado foi revertido em R\$156.197 devido a ajuste proforma em sua investida indireta MESA. A equivalência reconhecida no exercício foi de 16,58% sobre R\$5.324 gerando na AGPAR R\$882 de resultado positivo.

(c) A AGPAR adquiriu 9.874.850 ações da SPE Beira Rio. Essa aquisição foi realizada por intermédio de aporte feito pelo Fundo de Investimento em Participações Beira Rio ("FIP BTG"). O FIP BTG realizou o aporte do montante total de R\$19.750, sendo R\$9.875, como aumento de capital por conta e ordem da AGPAR e R\$9.875 referente a participação do FIP BTG, mantendo a proporcionalidade de participação das acionistas no empreendimento. O FIP BTG passa a ser credor com o direito de receber R\$9.875 da AGPAR. O valor de R\$5.455 foi quitado ao longo de 2022, com o saldo a pagar de R\$4.420 em aberto.

(d) A AGPAR celebrou no dia 03 de maio de 2022 um instrumento particular de compra e venda de ações ("SPA") com a Greenyellow Brazil B.V. para a compra da totalidade de suas ações na Evolua Energia Participações S.A. Em 07 de julho de 2022, 3.091.432 ações da Greenyellow foram transferidas para a AGPAR pelo valor de R\$15.000, com um ágio de R\$7.900 compondo o saldo do investimento. A AGPAR passou a ter 50% de participação do capital social da Evolua.

11. IMOBILIZADO

11.1. Política contábil

Reconhecimento e mensuração

A mensuração dos ativos imobilizados da Companhia é feita pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados com fins específicos de construção de ativos, se houver, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os custos dos ativos imobilizados contemplam os gastos que são diretamente atribuíveis aos esforços incorridos pela Companhia para colocar o ativo no local e em condição necessária para operar. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício em que houver a venda.

Depreciação

A depreciação das classes de equipamentos e veículos é computada pelo método de horas trabalhadas, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. Para as demais classes de ativo imobilizado, a depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis, gerando efeitos apenas no exercício em que tal ajuste é constatado.

11.2. Composição

Controladora	Taxa média de depreciação (% a.a.)	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Móveis e utensílios	5,20	1.140	(1.009)	131	999	(991)	8
Outros	7,10	3.597	(2.413)	1.184	176	-	176
		4.737	(3.422)	1.315	1.175	(991)	184

Consolidado

	Taxa média de depreciação (% a.a.)	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	0,00	7.569	-	7.569	7.851	-	7.851
Imóveis de uso	7,10	175.461	(169.891)	5.570	99.112	(94.402)	4.710
Equipamentos e veículos	9,60	935.368	(741.550)	193.818	737.677	(579.486)	158.191
Móveis e utensílios	5,20	81.973	(79.548)	2.425	72.650	(70.821)	1.829
Imobilizado em andamento		31.647	(4.485)	27.162	14.463	(4.485)	9.978
Outros	7,30	130.361	(71.309)	59.052	181.145	(143.833)	37.312
		1.362.378	(1.066.783)	295.595	1.112.898	(893.027)	219.871

11.3. Movimentação

Controladora

	Saldo em	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Ajuste de tradução	Saldo em
	31/12/2021						31/12/2022
Móveis e utensílios	8	141	-	(18)	-	-	131
Outros	176	1.225	(176)	(41)	-	-	1.184
	184	1.366	(176)	(59)	-	-	1.315

	Saldo em	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Ajuste de tradução	Saldo em
	31/12/2020						31/12/2021
Móveis e utensílios	13	-	-	(5)	-	-	8
Outros	176	-	-	-	-	-	176
	189	-	-	(5)	-	-	184

Consolidado

	Saldo em	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Ajuste de tradução	Saldo em
	31/12/2021						31/12/2022
Terrenos	7.850	-	-	-	-	(281)	7.569
Imóveis em uso	4.535	10.415	(882)	(20.081)	7.405	1.190	5.570
Equipamentos e veículos	158.193	100.278	(17.352)	(49.672)	514	(646)	193.818
Móveis e utensílios	1.858	5.615	(2.333)	(3.262)	-	(13)	2.425
Imobilizado em andamento	9.978	25.268	(59)	-	(7.943)	(81)	27.162
Outros	37.458	21.916	(349)	(930)	24	957	59.052
	219.871	163.492	(20.975)	(73.945)	-	1.126	295.595

	Saldo em	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Ajuste de tradução	Saldo em
	31/12/2020						31/12/2021
Terrenos	7.922	-	-	-	-	(72)	7.850
Imóveis em uso	18.938	27.913	(28.373)	(17.594)	3.227	423	4.534
Equipamentos e veículos	188.091	51.300	(65.131)	(23.471)	(53)	7.456	158.192
Móveis e utensílios	5.398	3.595	(4.389)	(3.000)	-	236	1.840
Imobilizado em andamento	7.749	11.533	(1.927)	(4.207)	(3.174)	4	9.978
Outros	39.931	142	(2.890)	(821)	-	1.116	37.478
	268.029	94.483	(102.711)	(49.093)	-	9.163	219.871

11.4. Ativos dados em garantia

Determinados equipamentos pesados que foram adquiridos, por meio de contratos de financiamento com instituições financeiras, com valor escriturado de aproximadamente R\$120.403, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 71.341 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado que foram alienados em garantia desses empréstimos. O Grupo AG não pode alienar esses ativos como garantia de quaisquer outros empréstimos ou vendê-los a outra entidade, antes de liquidar esses passivos.

11.5. Provisão para redução ao valor recuperável (teste de *impairment*)

O Grupo AG realiza periodicamente o teste de *impairment* nos equipamentos pesados e veículos alocados, objetivando mensurar a recuperabilidade destes ativos. A referida avaliação é feita internamente com qualificação técnica comprovada.

Para a realização do teste, foi utilizada a abordagem de mercado que está em linha com métricas e métodos de avaliação amplamente reconhecidos pelo mercado de avaliações de ativos.

Abordagem de mercado

A abordagem de mercado busca encontrar parâmetros de preços negociados no mercado de bens similares ao bem objeto da avaliação. Quando existem dados confiáveis e verificáveis divulgados no mercado, esta abordagem, normalmente, é a mais recomendada para definição do valor de mercado de um ativo. Para estas avaliações foram realizadas pesquisas em sítios eletrônicos de venda de equipamentos usados similares e, quando encontrados dados suficientes para essa análise, optou-se por utilizá-la como metodologia principal. Além das pesquisas no mercado e histórico de vendas de equipamentos do Grupo AG, foi utilizado como equivalente na cotação direta no mercado.

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

12.1. Política contábil

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo custo, incluindo os custos de transação envolvidos na aquisição das propriedades. Após o reconhecimento inicial, a Companhia aplica como política contábil, uniformemente, a mensuração a valor justo das propriedades para investimento. Esta mensuração é obtida através de avaliações feitas por empresas independentes e com reconhecida técnica para apuração destes valores.

12.2. Composição

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Terrenos	77.229	75.562
Benfeitorias	9.040	9.040
Total das propriedades para investimento	86.269	84.602

12.3. Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	84.602	103.000
Baixas	-	-
Ajuste a valor justo	1.667	(18.398)
Saldo no final do exercício	86.269	84.602

12.4. Informação adicional sobre o valor justo apurado

O valor justo das propriedades para investimento é atualizado anualmente com base em avaliação de empresa avaliadora independente.

O valor justo é determinado com base em uma abordagem de comparação de mercado que reflete o preço de transações recentes para propriedades similares àquelas detidas pela Companhia na mesma região ou arredores. Alguns itens específicos de valoração dos testes também são analisados e levam em consideração área, localização, topografia, segmentos imobiliários relacionados, possíveis restrições de venda e etc.

Com base na metodologia das avaliações anuais realizadas e nas premissas constantes no CPC 46, a Companhia classifica as informações aplicadas na mensuração do valor justo de suas propriedades para investimento no nível 2 da hierarquia de valor justo. Abaixo está apresentada a conciliação entre o valor de custo histórico e o valor justo das propriedades para investimento ao final dos exercícios de 2022:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Valor de custo histórico	5.693	5.693
Ajustes de valor justo, acumulado	80.576	78.909
Valor justo das propriedades para investimento	86.269	84.602
IR/CS diferido sobre valor justo das propriedades para investimento	(27.396)	(26.829)
Valor das propriedades para investimento, líquido de impostos	58.873	57.773

12.5. Propriedades de investimento dadas em garantia

Algumas das propriedades para investimento da AG Engenharia foram penhoradas com parte de contratos de financiamento. Em 31 de dezembro de 2022 no consolidado, o valor justo dessas propriedades para investimento é de R\$71.000 (R\$71.000 em 31 de dezembro de 2021).

13. ATIVO INTANGÍVEL

13.1. Política contábil

Os ativos intangíveis da Companhia estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo é baixado.

13.2. Composição

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos de ativos intangíveis que correspondem, essencialmente, à licença de uso de software empresarial, bem como apropriação de gastos incorridos na implantação inicial deste sistema.

Os custos incorridos para implantação do sistema, incluindo a licença, foram reconhecidos como ativo intangível de acordo com as premissas do CPC 04 (R1). O referido saldo é amortizado mensalmente em base linear considerando o prazo de validade da licença, que expira em 2024.

A composição do ativo intangível e seus respectivos valores de custo e amortizações acumuladas, pode ser assim demonstrado:

Consolidado		31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa média de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
		Softwares - licença e implantação	7,56	63.507	(49.370)	14.137	63.647
Outros ativos intangíveis		95.457	(51.471)	43.986	98.249	(51.471)	46.778
		158.964	(100.841)	58.123	161.896	(96.082)	65.814

13.3. Movimentação

Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Ajuste de Tradução	Saldo 31/12/2022
Softwares - licença e implantação	19.036	-	(4.759)	(140)	14.137
Outros ativos intangíveis	46.778	473	-	(3.265)	43.986
	65.814	473	(4.759)	(3.405)	58.123

	Saldo 31/12/2020	Adição	Amortização	Ajuste de Tradução	Saldo 31/12/2021
Softwares - licença e implantação	23.707	135	(4.796)	(10)	19.036
Outros ativos intangíveis	43.267	-	-	3.511	46.778
	66.974	135	(4.796)	3.501	65.814

14. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

14.1. Política contábil

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento para demonstrar o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando houver.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos

de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

14.2. Composição e movimentação

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 5,04% ao ano, que representa, substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento dos exercícios de 31 de dezembro de 2022:

Consolidado											
Arrendamentos	31/12/2021	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Ajuste de tradução	31/12/2022	
Direito de uso com arrendamentos											
Imóveis	42.828	53.974	2.079	(9.474)	(51.587)	-	-	-	(39)	37.781	
Equipamentos e veículos	4.914	4.780	64	(2.830)	(4.265)	-	-	-	(1)	2.662	
	47.742	58.754	2.143	(12.304)	(55.852)	-	-	-	(40)	40.443	
Passivos de arrendamentos											
Imóveis	44.375	55.509	2.079	-	(55.066)	(628)	642	(10.950)	(31)	35.930	
Equipamentos e veículos	6.038	5.136	64	-	(4.554)	52	(52)	(3.028)	(5)	3.651	
	50.413	60.645	2.143	-	(59.620)	(576)	590	(13.978)	(36)	39.581	
Arrendamentos	31/12/2020	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Ajuste de tradução	31/12/2021	
Direito de uso com arrendamentos											
Imóveis	38.067	32.333	-	(14.415)	(13.196)	-	-	-	39	42.828	
Equipamentos e veículos	1.925	6.681	-	(3.041)	(652)	-	-	-	1	4.914	
	39.992	39.014	-	(17.456)	(13.848)	-	-	-	40	47.742	
Passivos de arrendamentos											
Imóveis	39.790	32.333	-	-	(13.010)	1.434	(1.434)	(14.777)	39	44.375	
Equipamentos e veículos	3.015	6.681	-	-	(627)	122	(122)	(3.032)	1	6.038	
	42.805	39.014	-	-	(13.637)	1.556	(1.556)	(17.809)	40	50.413	

14.3. Fluxo de amortização do direito de uso

O fluxo de amortizações dos direitos de uso previstos até o final dos contratos de arrendamento pode ser assim demonstrado:

	Consolidado
	Direito de uso
	31/12/2022
2023	12.280
2024	9.953
2025	5.621
2026	5.052
Após 2026	7.537
	40.443

14.4. Fluxo de pagamento e apropriação de juros do passivo de arrendamento

O fluxo de pagamentos e apropriação de juros sobre os passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 pode ser assim demonstrado:

	Consolidado			
	Passivos de arrendamento	Fluxo de pagamentos (nominal)	Juros a apropriar	Passivo de arrendamento
2023		13.508	(1.729)	11.779
2024		9.584	(1.193)	8.391
2025		6.488	(818)	5.670
2026		5.875	(545)	5.330
Após 2026		8.795	(384)	8.411
		44.250	(4.669)	39.581

	Consolidado	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação dos arrendamentos	44.250	39.581
PIS-COFINS potencial (9,25%)	4.093	3.661

15. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros são representados substancialmente por fornecedores de serviços, insumos de construção e equipamentos utilizados nas obras executadas pela AG Engenharia e CONSAG Engenharia, no Brasil e no exterior. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de fornecedores e subempreiteiros é R\$642 (R\$952 em 31 de dezembro de 2021), na Controladora e R\$1.041.050 (R\$1.154.320, em 31 de dezembro de 2021), no Consolidado.

Operações antecipadas

A Administração da Companhia promove negociações junto aos principais fornecedores para alongar os respectivos prazos de pagamentos. Para reduzir os impactos da mudança do prazo de pagamento no fluxo de caixa dos seus fornecedores, AG Engenharia e CONSAG Engenharia, assinam contratos junto a instituições financeiras que permitem a antecipação dos valores a receber por parte de seus fornecedores. Em 31 de dezembro de 2022, a antecipação de fornecedores apresenta no consolidado o saldo de R\$22.502 (R\$32.148 em 31 de dezembro de 2021).

16. DEBÊNTURES

16.1. Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados ou na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e a prática utilizada pela Companhia, todas as debêntures, em 31 de dezembro de 2022, estão classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

16.2. Composição

Controladora

	Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2022	31/12/2021
		31/12/2022	31/12/2021		
Debêntures 5ª Emissão - 1ª Série	R\$	135% do CDI	135% do CDI	150.547	128.613
Debêntures 5ª Emissão - 2ª Série	R\$	100% do CDI + 3,5%	100% do CDI + 2,5%	-	112.587
				150.547	241.200
Circulante				44.731	241.200
Não circulante				105.816	-

- (a) A Companhia realizou, em 15 de agosto de 2018, sua 5ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, tendo captado o valor original de R\$348.370, correspondente a 348.370 (trezentos e quarenta e oito mil, trezentos e setenta) debêntures. O montante da segunda série foi quitado em setembro de 2022. A primeira série de debêntures possuem vencimento contratual previsto para 2025.

Consolidado

	Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2022	31/12/2021
		31/12/2022	31/12/2021		
Debêntures 5ª Emissão - 1ª Série AGSA	R\$	135% do CDI	135% do CDI	150.547	128.613
Debêntures 5ª Emissão - 2ª Série AGSA	R\$	100% do CDI + 3,5%	100% do CDI + 2,5%	-	112.587
Debêntures 1ª Emissão AGPAR (b)	R\$	TJLP +1,65%	TJLP +1,65%	293.302	335.441
Debêntures 4ª Emissão AGPAR (c)	R\$	100% do CDI + 2,15%	100% do CDI + 2,15%	-	1.574.319
Debêntures 5ª Emissão AGPAR (d)	R\$	100% do CDI + 5,40%	100% do CDI + 4,90%	-	251.700
Debêntures 6ª Emissão AGPAR (e)	R\$	100% do CDI + 3,40%	100% do CDI + 3,40%	-	63.142
				443.849	2.465.802
Circulante				78.207	1.111.942
Não circulante				365.642	1.353.860

- (b) 1ª Emissão de Debêntures da AGPAR

Em Assembleias realizadas em 21 de dezembro de 2010 e 23 de setembro de 2011, a Administração da AGPAR aprovou a 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia, sendo o subscritor o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), tendo como banco operador o Banco da Amazônia e tendo como gestor a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). Foram emitidas 263.424.210 debêntures, escriturais, divididas em quatro séries, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é R\$293.302.

Vencimento

As debêntures vencerão em outubro de 2031, com amortização em 35 parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento em outubro de 2016 e a última no dia 15 de outubro de 2031.

Remuneração

Custo básico: Atualização correspondente à variação acumulada da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada de forma pro-rata temporis por dias corridos, em regime de capitalização composta, incidente sobre o saldo do valor nominal das Debêntures, a partir da data de sua integralização.

Juros: Incide sobre os saldos dos valores nominais das Debêntures, acrescidos do custo básico mencionado no item anterior, juros à taxa efetiva de 1,65% a.a., base 360 dias, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigidos semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada, ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Del Credere: A partir da data da integralização das debêntures, sobre os saldos dos valores nominais das debêntures, acrescidos do custo básico, incidirão encargos à taxa efetiva de 0,15% a.a., base 360 dias, a título de del credere, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigido semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Conversibilidade

A SUDAM, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou de resgate, poderá optar por converter as debêntures subscritas em ações preferenciais, sem direito a voto da AGPAR, respeitando o limite de 50% no montante subscrito. Caso a SUDAM não opte pela conversão, fica a AGPAR obrigada a efetuar os pagamentos semestrais e o resgate total dos títulos, no respectivo vencimento. Cada parcela das debêntures a ser convertida corresponderá a um número inteiro de ações obtido pela divisão do valor do montante a ser convertido pelo preço de emissão de cada ação.

O preço de conversão das ações será equivalente ao menor dos seguintes valores: (a) cotação média dos últimos trinta dias em que foram negociadas em bolsas de valores nacionais; ou (b) valor acionário decorrente de avaliação da AGPAR, considerado o método de fluxo de caixa descontado, consideradas todas as participações acionárias detidas pela AGPAR, segundo avaliação a ser realizada por Banco de Investimento de primeira linha, contratado de comum acordo entre a Companhia e a SUDAM.

(c) 4ª Emissão de Debêntures da AGPAR

Em 06 de janeiro de 2017, a AGPAR realizou a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Foram emitidas 1.600.000 debêntures em série única, no valor nominal de R\$1 (hum mil reais), no montante de R\$1.600.000 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), com prazo de vencimento final em novembro de 2022.

Em 14 de novembro de 2019, os debenturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debenturistas (i) a adesão a oferta de resgate parcial de debêntures; (ii) alteração da remuneração das debêntures e da data de pagamento da mesma e; (iii) a prorrogação do prazo de vencimento das debêntures para maio de 2024.

Em 18 de dezembro de 2019, a AGPAR efetuou uma oferta de resgate antecipado parcial de 100.600 (cem mil e seiscentas) debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures.

Em 30 de novembro de 2021, os debenturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debenturistas: (i) alteração da data de pagamento da remuneração das debêntures e; (ii) a prorrogação do prazo de pagamento da primeira amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, cujas datas passaram a ser 02 de fevereiro de 2022.

As debêntures foram quitadas em 12 de setembro de 2022, em virtude da venda da participação da AGPAR na investida CCR, por ter como garantia as ações desse investimento.

(d) 5ª Emissão de Debêntures da AGPAR

Em 09 de dezembro de 2019, a AGPAR realizou a 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 312.500 (trezentas e doze mil e quinhentas) com valor nominal unitário de R\$1 (hum mil reais) cada e valor nominal total de R\$312.500 (Trezentos e doze milhões e quinhentos mil reais).

O valor nominal unitário das debêntures passou para (i) R\$994,07, após a amortização extraordinária ocorrida em 04 de novembro de 2020; (ii) R\$1.001,53, a partir de 09 de dezembro de 2021, em razão da incorporação do *waiver fee* de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário na referida data; e (iii) R\$ 994,99 após a amortização extraordinária ocorrida em 28 de janeiro de 2022.

As debêntures possuíam prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses contados da data de emissão, que seria amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais com vencimento final em 09 de dezembro de 2025.

As debêntures foram quitadas em 12 de setembro de 2022, em virtude da venda da participação da AGPAR na investida CCR, por ter como garantia as ações desse investimento.

(e) 6ª Emissão de Debêntures da AGPAR

Em 09 de dezembro de 2019, a AGPAR realizou a 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada. Foram emitidas 62.500 (sessenta e dois mil e quinhentas) com valor nominal unitário de R\$1 (hum mil reais) cada e valor nominal total de R\$62.500 (Sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais).

O valor nominal unitário das debêntures passou para (i) R\$994,07201501, após a amortização extraordinária ocorrida em 04 de novembro de 2020; e (ii) R\$ 987,80128821 após a amortização extraordinária ocorrida em 28 de janeiro de 2022.

As debêntures tinham prazo de vencimento para dezembro de 2025, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura da 6ª Emissão. O saldo do Valor Nominal Unitário seria amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais com vencimento final em 09 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a AGPAR se comprometeu a pagar aos debenturistas prêmio apurado em cada uma das datas de verificação nos termos da Escritura da 6ª Emissão, conforme aditada de tempos em tempos.

As debêntures foram quitadas em 12 de setembro de 2022, em virtude da venda da participação da AGPAR na investida CCR, por ter como garantia as ações desse investimento.

Garantias

Os empréstimos mencionados nos itens (b), (c) e (d) contavam com a garantia da alienação fiduciária de ações de emissão da CCR e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes dos direitos econômicos destas ações.

Até setembro de 2022, estavam alienadas (i) em favor da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 157.874.511 ações da CCR de titularidade da AGPAR e seus respectivos direitos creditórios, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças.

Até setembro de 2022 também se encontravam alienadas 109.576.452 ações da CCR de titularidade da AGPAR e seus respectivos direitos creditórios em favor da TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. ("TMF"), na qualidade de representante dos Agente de Garantia Local de novas notas 9.500% *Senior Secured Notes due 2024* ("Notes") emitidas pela Andrade Gutierrez International S.A. ("AGIT") no mercado internacional em dezembro de 2019, no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária e Outras Avenças.

As demais ações da CCR (190.573.384) também estavam oneradas à TMF com efeito suspensivo, aguardando liberação pelos credores das dívidas mencionadas nos itens (c) (e) e (f).

O empréstimo mencionado no item (b), conta com as garantias de penhor de dividendos assim compreendidos como todos os proventos, frutos ou rendimentos de livre movimentação relativos às ações de emissão da Madeira Energia S.A. e da conta reserva equivalente a 2 vezes o serviço da dívida (principal + encargos).

Cronograma de vencimento das debêntures

Controladora	31/12/2022	31/12/2021
2024	-	-
2025	105.816	-
2026	-	-
Após 2026	-	-
	105.816	-

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	550.773
2024	32.477	552.693
2025	138.293	104.229
2026	32.477	33.127
Após 2026	162.395	113.038
	365.642	1.353.860

16.3. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

As movimentações das debêntures a pagar individual e consolidado, conciliada com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, estão demonstradas a seguir:

Controladora

	31/12/2021	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2022
Debêntures 5ª Emissão - 1ª Série	128.613	-	-	-	21.934	-	150.547
Debêntures 5ª Emissão - 2ª Série	112.587	-	(103.600)	(21.177)	12.095	95	-
	241.200	-	(103.600)	(21.177)	34.029	95	150.547

Consolidado

	31/12/2021	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2022
Debêntures 5ª Emissão AGSA	241.200	-	(103.600)	(21.177)	34.029	95	150.547
Debêntures 1ª Emissão AGPAR	335.441	-	(34.357)	(40.593)	32.811	-	293.302
Debêntures 4ª Emissão AGPAR	1.574.319	-	(1.632.442)	(103.024)	153.174	7.973	-
Debêntures 5ª Emissão AGPAR	251.700	52.596	(312.977)	(40.350)	37.648	11.383	-
Debêntures 6ª Emissão AGPAR	63.142	-	(62.130)	(22.906)	19.615	2.279	-
	2.465.802	52.596	(2.145.506)	(228.050)	277.277	21.730	443.849

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

17.1. Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados ou na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Controladora

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia e suas controladas, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2022, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

17.2. Composição

Natureza	Modalidade	Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2022	31/12/2021
			31/12/2022	31/12/2021		
Moeda nacional						
Empréstimos com garantia	Capital de giro (a)	R\$	120,17% do CDI	180,50% do CDI	245.939	226.969
Financiamentos com garantia	Financiamento de ativo fixo (b)	R\$	14,79%	10,31%	62.698	54.151
Empréstimos com garantia	Outros (c)	R\$	100% do CDI + 0,36%	100% do CDI + 0,36%	64.267	48.660
					372.904	329.780
Moeda estrangeira						
Empréstimos com garantia	Bonds (d)	US\$	11,03%	9,40%	2.302.570	3.241.443
Empréstimos com garantia	Capital de giro	US\$	5,73%	5,73%	94.001	95.051
Empréstimos com garantia		US\$	9,20%	9,20%	52.958	68.198
Empréstimos com garantia		XAF	8,23%	9,47%	71.831	75.326
Empréstimos com garantia		EUR	2,77%	1,50%	10.500	20.176
Empréstimos com garantia		PEN	9,10%	9,10%	-	136
Empréstimos com garantia		US\$	-	-	41.504	803
Empréstimos com garantia		MZM	-	-	-	15.631
					2.573.364	3.516.764
Total dos empréstimos e financiamentos					2.946.268	3.846.544
Circulante					471.443	885.899
Não circulante					2.474.825	2.960.645

R\$ = Real; US\$ = U.S. Dollar; EUR = Euro; XAF = Central African CFA franco; PEN = Nuevo Sol (Peru); MZM = New Metical.

Indexadores

CDI – Certificado de Depósito Interbancário, representando aproximadamente 13,65% a.a. em 31 de dezembro de 2022.

TJLP – Taxa de juros de longo prazo, representando aproximadamente 7,20% a.a. em 31 de dezembro de 2022.

Moeda local:

- O capital de giro é composto essencialmente por Cédulas de Crédito Bancário (CCB) do Banco Santander, Banco XP e do Banco Bradesco, foram captados R\$27.000 em setembro de 2022. As CCBs do Banco Santander foram renegociadas.
- O financiamento da compra de equipamentos continua sendo feito por meio de contratos de FINAME com os bancos: ABC, Alfa e Caterpillar, em abril de 2022 foi firmado um novo contrato no Banco Volvo no montante de R\$1.112.
- Em 22 de dezembro de 2015, a AGDI contratou um empréstimo com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$28.000, nas seguintes condições: (I) encargos 100% CDI CETIP + taxa de juros de sobre-preço de 0,36% a.m.; (II) prazo de 36 meses, sendo 12 meses de carência com pagamento de juros mensais e 24 meses de amortização de principal mais juros pelo sistema de amortização constante – SAC; (III) garantia real: hipoteca de 33,30% do Lote 2 do PAL 48434 e Lote 21 do PAL 48085 (terrenos de propriedade da Concessionária Rio Mais S.A.); e (IV) os recursos da operação foram utilizados para integralização de capital social da Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A. e, posteriormente, no Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A. Os recursos do referido empréstimo foram recebidos pela AGDI no dia 13 de janeiro de 2016 no montante de R\$27.195, líquido de IOF e tarifa da operação, os quais foram utilizados no dia 14 de janeiro de 2016 no aumento de capital social da Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A..

Em 23 de fevereiro de 2016, a AGDI assinou contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$19.944 nas seguintes condições: (I) encargos equivalente a 139% CDI CETIP; (II) prazo de 36 meses, sendo 26 meses de carência com pagamento de juros mensais e 10 meses de amortização de principal mais juros pelo sistema de amortização constante – SAC; (III) garantia real: hipoteca de 100% de 1/3 das unidades imobiliárias do edifício Torres Comerciais Parque da Lagoa, que foi construído na Avenida Embaixador Abelardo Bueno nº 4801, conforme registros nº 05 e nº 06 da matrícula nº 389598 do 9º Ofício de Registro de Imóveis da Capital do Estado do Rio de Janeiro (de propriedade da Parque da Lagoa); e (IV) os recursos da operação foram utilizados para integralização de capital social da Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A. e, posteriormente, no Parque da Lagoa.

A AGDI informa que realizou a renovação dos saldos remanescentes destas dívidas, que foi pactuada sob as mesmas condições anteriormente descritas e com prazo de vencimento para 22 de fevereiro de 2019. No decorrer do ano de 2022, a AGDI e a Caixa Econômica Federal efetuaram negociações para a definição de um novo cronograma de amortização e pagamento de juros. Em 31 de dezembro de 2022, estas negociações ainda não estavam concluídas.

Moeda estrangeira

- (d) A AGSA, através de sua investida Andrade Gutierrez International, realizou acordo com os *bondholders* detentores dos direitos sobre os Bonds registrados na AGIT. Em setembro de 2022, o grupo AG realizou o pagamento de USD202.639 equivalentes a R\$1.058.000.

Em conjunto com esse pagamento aos *bondholders*, a negociação com estes credores englobou, além da redução da dívida, o reperfilamento das condições do saldo remanescente postergando o vencimento. Desta forma, em dezembro de 2022, os *bonds* internacionais com vencimentos em 2021 e 2024 foram cancelados e substituídos por novos *bonds* com vencimentos em 2029 e 2040 a uma taxa de juros reduzida. O montante da dívida renegociada está registrado na empresa AGIT, controlada direta da AGSA e na data de 31/12/2022 seu saldo é de R\$2.302.570.

17.3. Movimentação

Consolidado

	Financiamento			Total
	Capital de giro	de ativo fixo	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	491.170	52.211	2.781.125	3.324.506
Captações	122.179	21.529	13.433	157.141
Pagamentos de principal	(141.514)	(19.669)	-	(161.183)
Pagamentos de juros	(23.317)	(5.056)	(13.433)	(41.806)
Juros apropriados	41.120	5.136	281.819	328.075
Variação cambial	5.554	-	-	5.554
Custo de transação	-	-	28.531	28.531
Ajuste de tradução	7.099	-	198.627	205.726
Saldo em 31 de dezembro de 2021	502.291	54.151	3.290.102	3.846.544
Captações	296.266	31.476	17.110	344.852
Pagamentos de principal	(293.363)	(23.560)	(858.593)	(1.175.516)
Pagamentos de juros	(28.885)	(6.568)	(199.660)	(235.113)
Juros apropriados	63.076	7.199	302.619	372.894
Variação cambial	(3.942)	-	-	(3.942)
Custo de transação	-	-	6.126	6.126
Ajuste de tradução	(18.709)	-	(190.868)	(209.577)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	516.734	62.698	2.366.836	2.946.268

17.4. Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	447.529
2024	53.043	2.365.281
2025	19.787	137.799
2026	88.322	10.036
Após 2026	2.313.673	-
	2.474.825	2.960.645

17.5. Covenants

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía *covenants* financeiros em contratos na qual a mesma é garantidora, das obrigações. As cláusulas de *covenants* destes contratos referem-se principalmente a limitações com partes relacionadas, obrigação a amortização parcial da dívida com recursos oriundos da venda de ativos, observância de requisitos de Compliance, exigência de demonstrações financeiras anuais auditadas e relatório trimestrais aos detentores da dívida. A Companhia e suas controladas se encontram em conformidade com todos os itens de *covenants* citados acima.

17.6. Avais e garantias

Durante o ano de 2022, a AG Engenharia concluiu com sucesso o refinanciamento dos seus *bonds* internacionais com vencimentos em 2021 e 2024 e taxa de juros de 11,00% a.a. e 9,50% a.a, respectivamente. O processo foi concluído em duas etapas. A primeira foi concluída em 21 de setembro de 2022, quando a AG Engenharia recomprou R\$1,058 bilhão do valor remanescente dos *bonds*, com vencimento em 2024, através de uma oferta de recompra, atrelada ao processo de venda das ações da CCR, no qual a AGPAR, vendeu suas 300,149,836 ações ordinárias da CCR. A Oferta atingiu 99,89% de participação dos investidores e o pagamento foi feito proporcionalmente entre os valores de juros e principal em aberto.

Após a Oferta de Recompra, o montante remanescente de US\$315 milhões das Notas de 2024 e US\$43 milhões das Notas de 2021 foram submetidas a um processo bem-sucedido e consensual de reorganização da dívida. Esse plano de reorganização da dívida contemplou apenas os detentores das Notas com vencimentos em 2021 e 2024 e implementou o acordo negociado com a maioria dos credores. O plano de reorganização foi concluído em 21 de dezembro de 2022 com a emissão das novas Notas, com vencimentos em 2029 e 2040, e taxas de juros de 9,00%/10,50% a.a. e 1,00% a.a., respectivamente. As novas Notas foram emitidas em 21 de dezembro de 2022, pelo valor de US\$391,4 milhões, com vencimento em 2029 e US\$ 63,3 milhões com vencimento em 2040.

Tendo em vista a transação mencionada acima, a Andrade Gutierrez Engenharia S.A., a Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A., a AG Construções e Serviços S.A., a INZAG Germany GmbH e a Zagope SGPS S.A., são garantidoras das Notas, com vencimento em 2029, sendo a garantia da Zagope limitada a US\$50 milhões. A Andrade Gutierrez Engenharia S.A. também é garantidora das notas com vencimento em 2040. Ambas as Notas foram emitidas pela Andrade Gutierrez International, que é controlada pela Andrade Gutierrez S.A. O montante garantido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.354.912 (R\$3.344.061 em 31 de dezembro de 2021).

Sob essa garantia, a AG Engenharia possui alguns *covenants* restritivos, incluindo: limitação de endividamento, transações com partes relacionadas, alienação, restrição de pagamentos e venda de ativos.

18. PARTES RELACIONADAS

18.1. Composição

Controladora

	Natureza	31/12/2022		31/12/2021	
		Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladas indiretas</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Mútuo / Nota de débito	47.635	-	60.345	-
Consag Engenharia S.A.	Nota de débito	-	(62)	-	-
		47.635	(62)	60.345	-
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladas diretas</i>					
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	AFAC	240.899	-	186.936	-
Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.	AFAC	1.494	-	731	-
Logimed Distribuidora Ltda	Mútuo	-	(6.042)	20.350	-
Telis Participações S.A.	AFAC	46	-	26	-
AG International S.A. (b)	Mútuo	-	(1.035.375)	-	(998.120)
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Mútuo	-	(206.844)	-	(212.815)
<i>Controladas indiretas</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Mútuo / Nota de débito	11.271	(14.632)	114.053	(12.611)
Andrade Gutierrez Desenvolvimento Urbano S.A.	Mútuo	26	(3.446)	-	(3.446)
<i>Controladas em conjunto indiretas</i>					
Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (c)	Mútuo	115.729	-	103.166	-
Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A. (c)	Mútuo	11.069	-	9.855	-
<i>Outras partes relacionadas</i>					
ADPAR - Administradora Participações Ltda.	Mútuo	-	(8.369)	-	(16.489)
Global Structured Solution	Mútuo	-	(68.194)	-	(68.389)
Outros (d)	Mútuo	5.776	(387.109)	5.101	(352.204)
		386.310	(1.730.011)	440.218	(1.664.074)

As transações realizadas entre a Companhia e suas controladas são realizadas em condições negociadas entre as partes. Os detalhes sobre os principais saldos de ativos e passivos são apresentados a seguir:

- A posição ativa se refere, principalmente, a i) contrato de mútuo, no montante de R\$47.635, reconhecido no ativo circulante; ii) mútuos e notas de débito, no montante de R\$11.271, reconhecidos no ativo não circulante; e iii) notas de débito e outros, no montante de R\$14.632, reconhecido no passivo não circulante.
- Em 2022, a Companhia procedeu a renovação e aditamento de seus contratos de mútuo com AG International, através da celebração de um *Master Loan Agreement* ("MLA"), que unificou e simplificou posições financeiras mantidas pela Companhia e algumas de suas controladas, junto à AG International. O referido MLA foi firmado visando reproduzir as condições dos *bonds* emitidos pela AG International.
- Refere-se a contratos de mútuo com as referidas controladas em conjunto indiretas, com vencimento em 2026e remuneração de 100% do CDI.
- Refere-se, substancialmente, a contratos de mútuo com acionistas da Companhia.

	Natureza	31/12/2022		31/12/2021	
		Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladas em conjunto indiretas</i>					
Torres Eólicas do Nordeste S.A. (a)	Mútuo	55.858	-	58.205	-
Evolua Energia Participações S.A. (b)	AFAC	16.098	-	-	-
<i>Controladas em conjunto indiretas</i>					
Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Outras	-	(74)	-	-
<i>Outras partes relacionadas</i>					
Contas a receber e a pagar (consórcios) (c)	Outras	200.478	(55.420)	164.339	(13.124)
Inzag Germany GMBH	Outras	-	-	12.392	-
Inzag Germany Sucursal Angola	Outras	685	(296)	78.292	-
INZAG Brasil Participações	Outras	6.752	-	7.662	-
IZG Invest Unipessoal LDA	Outras	3.323	-	-	-
Mozag LDA	Outras	3.125	-	-	-
Consórcio COPER	Outras	-	(211)	-	(211)
Companhia Operadora de Rodovias	Outras	1.839	-	314	-
Outras partes relacionadas	Outras	4.433	(98)	2.445	(85)
		292.591	(56.099)	323.649	(13.420)
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladas em conjunto indiretas</i>					
UNICON - União de Construtoras LTDA.	AFAC	1.664	-	1.664	-
Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Mútuo	115.729	-	103.166	-
Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A.	Mútuo	11.069	-	9.855	-
		-	-	-	-
<i>Outras partes relacionadas</i>					
ADPAR - Administradora Participações Ltda.	Mútuo	-	(14.267)	-	(22.388)
Global Structured Solution	Mútuo	-	(68.194)	-	(68.389)
Outros	Mútuo	5.517	(502.867)	98.193	(353.443)
		133.979	(585.328)	212.878	(444.220)

- (a) Em 27 de março de 2014, a AG Engenharia assinou contrato de mútuo com a controlada em conjunto Torres Eólicas do Nordeste S.A., o qual prevê a remuneração do saldo em 100% da taxa Selic. Não há uma data pré-definida para pagamento do mútuo, entretanto a AG Engenharia está em negociação com a investida para definir uma data de vencimento;
- (b) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado ao longo do ano pela AGPAR na controlada em conjunto Evolua Energia Participações S.A.;
- (c) Refere-se a desequilíbrios econômico-financeiros existentes na relação entre a AG Engenharia, Consag e os demais parceiros dos consórcios de construção. A expectativa é de que o recebimento referente a estes desequilíbrios ocorra ao longo da execução dos projetos.

O Grupo AG adota a prática contábil de reconhecer os seus adiantamentos para futuro aumento de capital no Ativo, pela Companhia que envia e no passivo pela companhia que recebe.

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IR/CS	-	-	11.619	11.522
PIS e COFINS	154	249	9.272	3.526
IRRF	2.705	593	18.029	3.376
CPRB (a)	-	-	3.159	3.968
PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros	43	92	1.249	1.366
Impostos a pagar no exterior	-	-	135.578	189.817
Parcelamento Lei nº 11.941/09 (b)	-	-	26.046	37.232
Parcelamento ordinário (c)	9.357	2.674	619.825	136.835
Programas de regularização tributária - PRT e PERT	-	-	2.730	3.656
Outros	399	1.103	20.622	36.827
	12.658	4.711	848.129	428.125
Circulante	5.380	2.644	346.854	299.293
Não circulante	7.278	2.067	501.275	128.832

- (a) Refere-se à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta. Este imposto compreende os pagamentos da chamada Contribuição Previdenciária do Empregador em substituição ao INSS incidente sobre a folha de pagamento, estabelecida no artigo 8º da Lei nº 12.546/11.
- (b) Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de refinanciamento proporcionado pela Lei nº 11.941/09, a Companhia optou pelo parcelamento de débitos tributários que vinham sendo objeto de discussão judicial e administrativa, ainda que, a probabilidade de êxito avaliada pelos consultores jurídicos era considerada possível. Os débitos são atualizados pela taxa SELIC.
- (c) A Companhia efetuou requerimento de parcelamento Ordinário/Simplificado Lei nº10.522/2002, dentro dos limites permissivos na legislação vigente para quitar débitos vencidos. O saldo do parcelamento é atualizado pela SELIC e será quitado em 60 parcelas.

20. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

20.1. Política contábil

Depósitos judiciais e cauções

A Companhia e suas controladas estão questionando a legalidade de certas obrigações ou ações judiciais movidas contra elas. Em razão dessas impugnações, ordem judicial ou estratégia da administração, esses valores são depositados em juízo, o que não se configura como liquidação de passivo, para permitir que a Companhia e suas controladas continuem com os processos. Nesses casos, embora os depósitos ainda sejam ativos da Companhia e de suas controladas, os valores somente são liberados quando houver decisão judicial definitiva e favorável.

Provisões para riscos

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Estas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para risco são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

Em 31 de dezembro de 2022 (expressos em R\$ mil)

A Administração acompanha periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões (sempre que surgirem novos processos com prognóstico de perda provável ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda) ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisões das estimativas, todos os ajustes,

positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

Podem existir ainda, processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, onde apenas é exigido a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidas quaisquer provisões ou divulgação.

Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração realiza as provisões trabalhistas baseada na opinião de seus advogados e assessores jurídicos e no histórico dos desfechos destas demandas.

Provisões cíveis

A Companhia é parte de processos cíveis referentes a danos morais e materiais requeridos por terceiros e funcionários em função de danos causados por execução de obras e acidentes de trabalho. A Administração realiza estas provisões baseada na opinião dos assessores jurídicos.

Provisões tributárias

A Companhia possui autos de infração em função de ter considerado como dedutíveis certas despesas que seriam consideradas não dedutíveis na apuração do imposto de renda e contribuição social, bem como imposto de renda na fonte sobre referidas despesas.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis, fiscais e previdenciários da Companhia dos últimos 5 anos e 30 anos para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais.

A Administração da Companhia entende que, em caso de eventual fiscalização, não haverá questionamentos que envolvam desembolsos significativos, além da provisão registrada.

20.2. Composição

Essas provisões são consideradas suficientes pela Administração para cobrir prováveis perdas. As variações da provisão para riscos por tipo legal em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas abaixo:

Controlada e Consolidado

Natureza das provisões	Provisões em			Transferência para pagamento	Ajuste de tradução	Provisões em	Depósitos judiciais	Exposição líquida em
	31/12/2021	Adições	Reversão					
Trabalhistas	117.205	33.860	(67.259)	-	(24)	83.782	49.922	133.704
Cíveis	227.895	125.618	(62.936)	(200.000)	(1.358)	89.219	4.717	93.936
Tributárias	112.098	8.884	(2.201)	-	(1.717)	117.064	15.874	132.938
Outros	21.480	1.066	(10.854)	-	(1.958)	9.734	717	10.451
TOTAL	478.678	169.428	(143.250)	(200.000)	(5.057)	299.799	71.230	371.029

Em 31 de dezembro de 2022 (expressos em R\$ mil)

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2020	Adições	Reversão	Transferência para pagamento	Ajuste de tradução	Provisões em 31/12/2021	Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2021
Trabalhistas	126.154	6.552	(15.495)	-	(6)	117.205	50.352	167.557
Cíveis	170.219	75.738	(18.377)	-	315	227.895	4.717	232.612
Tributárias	77.868	37.070	(1.715)	-	(1.125)	112.098	15.874	127.972
Outros	18.763	16.111	(13.199)	-	(195)	21.480	35	21.515
TOTAL	393.004	135.471	(48.786)	-	(1.011)	478.678	70.978	549.656

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a AGSA possuía um saldo de R\$ 69 apresentado no quadro acima na rubrica de depósitos judiciais de origem trabalhista.

20.3. Passivos contingentes

A Grupo AG é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários ou cíveis, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis. Os processos cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a ações civis públicas, em especial por atos de improbidade, ações que versam sobre licitações e seus desenvolvimentos e outras ações judiciais movidas por outras partes que se relacionam, ou relacionaram, com a Grupo AG na execução de seus projetos de engenharia. Em 31 de dezembro de 2022, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$893.629 (R\$881.774 em 31 de dezembro de 2021).

Os advogados e assessores jurídicos da Grupo AG acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

20.4. Ação Civil Pública

Ação Civil Pública nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (anteriormente numerada 053.02.022800-0), ajuizada em 28 de agosto de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Andrade Gutierrez e outros, a fim de declarar a invalidade da licitação pública nº 007/CIC/97 e o contrato celebrado entre o consórcio de empresas e o Estado de São Paulo. Os réus apresentaram sua defesa inicial e, depois disso, em agosto de 2017, a corte inferior rejeitou o pedido devido ao término do estatuto de limitações. O autor da ação entrou com recurso contra essa decisão e, em junho de 2019, foi concedido recurso para rejeitar a alegação de expiração do estatuto de limitações e determinar um novo julgamento pela corte inferior. Em 26 de julho de 2019, o Estado de São Paulo e o DER (Departamento de Estradas de Rodagem) apresentaram um acórdão alterado contra a decisão, que foi rejeitada. Em 18 de fevereiro de 2020, o processo retornou ao tribunal e aguarda o início da fase de perícia. O Ministério Público apresentou uma petição solicitando ao juiz que verificasse se há alguma nulidade no caso até agora e ofereceu aos réus a oportunidade de assinar um acordo civil de não-acusação.

20.5. Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise pelos respectivos Escritórios Jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

21. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

21.1. Política contábil

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do exercício. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício às alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes utilizadas para fins de cálculo dos impostos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas sobre as diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data do balanço.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em projeções internas da Companhia.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia e as suas controladas levam em consideração o impacto das incertezas relacionadas às posições tributárias assumidas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser feito. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto com base na avaliação de vários fatores, incluindo interpretações das leis tributárias e experiência passada. Essa avaliação é feita com base em estimativas e premissas que podem exigir uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser divulgadas, o que exigiria que a Companhia e suas controladas alterassem seu julgamento sobre a adequação da provisão existente; essas mudanças impactarão as despesas de imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exigível de compensar ativos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando se referem a impostos sobre a renda cobrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais esses prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizado, limitado a 30% do lucro tributável anual.

21.2. Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	641.191	(1.331.281)	927.339	(1.470.095)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro nominais	(218.005)	452.636	(315.295)	499.832
(Adições) exclusões permanentes:				
Despesas ineditáveis	24.752	-	(30.654)	(3.257)
Prejuízos fiscais não constituídos por filiais	-	-	(25.106)	-
Lucros em coligadas/controladas e sucursais no exterior	-	-	(73.508)	6.970
Resultado de equivalência patrimonial	278.251	(374.959)	166.400	(51.999)
Outros rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-	-	(43.366)
Outros	-	-	24	(33.208)
Créditos tributários não constituídos	(84.998)	(77.677)	(146.993)	(236.958)
	218.005	(452.636)	(109.837)	(361.818)
Utilização do prejuízo fiscal	-	-	138.984	-
Tributos sobre o lucro efetivos apurados	-	-	(286.148)	138.014
Corrente	-	-	(330.720)	(1.540)
Diferido	-	-	44.572	140.354
	-	-	(286.148)	138.014
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	0,00%	0,00%	30,86%	9,44%

21.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A natureza dos impostos diferidos ativos e passivos da Companhia são detalhados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	87.604	90.144
Provisão para riscos e contingências	57.644	58.800
Crédito de prejuízo fiscal / base de cálculo negativa (b)	470.673	335.102
Variação cambial pelo regime de caixa (d)	52.293	97.573
Variação cambial líquida de investimento líquido no exterior (c)	539.300	571.963
Impairment de imobilizado	5.438	5.424
Outros	19.044	122.555
Ajuste IFRS 15/CPC 47 (IN 1771/17)	54.267	41.107
Ajuste IFRS 16	(14.845)	-
	1.271.417	1.322.668
Passivo		
Amortização deságio (f)	20.406	20.407
Diferimento do lucro de obras públicas (d)	5.262	5.262
Ajuste Valor Justo Propriedades para Investimento	3.737	4.304
Variação cambial pelo regime de caixa (d)	43.820	50.988
Ajuste inflacionário de créditos vencidos (e)	-	48.278
CSLL sobre atualização monetária de títulos públicos (g)	48.278	-
	121.504	129.239
Total líquido ativo	1.149.913	1.193.429
Composição:		
Posição líquida ativa:	1.168.300	1.197.113
Posição líquida passiva:	(18.387)	(3.684)
Total líquido	1.149.913	1.193.429

- (a) O valor constituído referente à provisão para crédito de liquidação duvidosa limitou-se ao valor de créditos baixados que não atenderam aos pré-requisitos de dedutibilidade impostos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/96.
- (b) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos mensurados sobre o lucro ou prejuízo fiscal. Considerando a legislação tributária brasileira, o lucro ou prejuízo fiscal pode ser diferente do lucro ou prejuízo líquido apresentado na demonstração do resultado destas demonstrações financeiras.
- (c) A AG Engenharia passou a registrar, em 2015, os tributos diferidos decorrentes da variação cambial dos investimentos líquidos no exterior, diretamente no patrimônio líquido, os quais estão demonstrados na rubrica “outros resultados abrangentes”.
- (d) A Companhia optou por tributar as variações cambiais sobre suas operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa.
- (e) Refere-se ao saldo de Contribuição Social sobre o lucro líquido diferida sobre atualizações monetárias do precatório emitido sobre dívida pública a receber.
- (f) Amortização de deságio apurado na aquisição de controlada cuja tributação ocorrerá quando a empresa adquirida for alienada e lucro ou prejuízo não realizado em operações com derivativos.
- (g) Refere-se ao diferimento de receitas de contratos governamentais, conforme previsto nos artigos 407 a 409 do Regulamento do Imposto sobre o Rendimento de 1999.

A administração do Grupo AG, acredita que, com base nas projeções de resultados elaborados internamente, conseguirá realizar esses créditos fiscais com resultados futuros da operação.

22. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Órgãos federais e estaduais - acordos civis para ressarcimento	-	-	1.836.783	1.659.282
Órgãos administrativos - contribuição pecuniária	-	-	309.013	92.523
Demais obrigações - acordos e despesas judiciais	-	-	130.633	143.632
Outras	3.270	1.744	137.354	75.641
	3.270	1.744	2.413.783	1.971.078
Circulante	-	-	209.203	198.066
Não circulante	3.270	1.744	2.204.580	1.773.012

A AG Engenharia, investida da AGIE, em decorrência das investigações conduzidas pela Polícia Federal do Brasil e pelo Ministério Público Federal, da denominada "Operação Lava Jato", celebrou com as autoridades públicas brasileiras diversos acordos de colaboração reduzindo incertezas sobre sanções legais e conferindo, assim, maior previsibilidade ao fluxo de caixa.

O Ministério Público Federal (MPF) celebrou com a AG Engenharia, em março de 2016, Acordo de Leniência, pelo qual a Companhia se comprometeu a devolver aproximadamente 1 bilhão de reais, a serem pagos em 12 anos.

A AG Engenharia executou com a autoridade antitruste brasileira (Conselho Administrativo de Defesa Econômica ou "CADE" em português) nove (09) Acordos de Leniência e dezesseis (16) "Termos de Compromisso de Cessação ("TCCs")" (aplicável às empresas que não foram as primeiras a avançar em direção às autoridades para admitir uma violação criminal das leis antitruste).

A AG Engenharia assinou Acordo de Leniência ("Acordo") com a Advocacia Geral da União (AGU) e com a Controladoria Geral da União (CGU) em dezembro de 2018. Em decorrência desse acordo, a AG Engenharia comprometeu-se a pagar cerca de R\$ 489 milhões, além do Acordo MPF. O pagamento desse acordo será efetuado em 4 (quatro) parcelas anuais após a liquidação das 12 (doze) parcelas anuais referentes ao Acordo MPF. Os pagamentos serão feitos pelo controlador da AG Engenharia, AGIE. A AGU/CGU está cumprindo compromissos com a AG Engenharia: a) não propor qualquer ação civil pública considerando os fatos e práticas revelados; b) não aplicar sanções de improbidade administrativa; e c) exigir a extinção das ações de classe civil ajuizadas.

A AG Engenharia também efetuou acordos com os Ministérios Públicos Estaduais onde, ao longo do período coberto pela investigação manteve obras ativas e, sobre esses acordos, a AG Engenharia se comprometeu a pagar o valor aproximado de R\$480 milhões, até 2030.

A AG Engenharia também é parte de investigação em curso no Peru, contudo, a administração, baseada na opinião de seus advogados, considera remota a possibilidade de alguma repercussão para a AG Engenharia.

Com o objetivo de fortalecer a transparência e a ética nas relações com clientes, fornecedores, autoridades públicas e sociedade, a Companhia e suas Controladas desenvolveram e vêm reforçando e aprimorando constantemente, seu Programa de Integridade e Compliance. O programa mencionado baseia-se nos dois pilares "Compromisso da liderança" e "Treinamento e comunicação". Assim, esse Programa garante que as Políticas e Atividades de Compliance da Companhia sejam comunicadas aos colaboradores e outras partes interessadas com forte apoio da administração da Companhia. Adicionalmente, nesta matéria, a Companhia alcançou importantes reconhecimentos dados por entidades de certificação internacional independentes, em relação ao seu Sistema de Gerenciamento de Conformidade (norma ISO 19.600) e também em relação ao seu Sistema de Gerenciamento Anti-suborno (norma ISSO 37.001).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é composto por 2.000.000 ações ordinárias nominativas (2.000.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2021), com valor nominal de R\$1,00 por cada ação. O capital social da Companhia é composto conforme demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações mil	%	Ações mil	%
Administradora Sant'Ana LTDA.	667	33,333	667	33,333
Administradora São Miguel S.A.	667	33,333	667	33,333
Administradora Santo Estevão S.A.	667	33,333	667	33,333
Outros	0,01	0,001	0	0,001
	2.000	100,00	2.000	100,00

23.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

23.4. Resultados abrangentes

Conforme indicado na demonstração dos resultados abrangentes, o saldo se refere a: (i) variação cambial apurada em investimentos em controladas e coligadas no exterior, decorrente de conversão das demonstrações financeiras para a moeda de apresentação da Companhia (Reais); e (ii) variação cambial sobre os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira com controladas do exterior, reconhecidos como investimentos líquido no exterior, bem como o efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

24. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS

24.1. Política contábil

Receita dos contratos de construção

O reconhecimento das receitas nos contratos de construção do Grupo AG ocorre conforme as premissas estabelecidas pelo CPC 47.

- Quando baseadas no orçamento estimado para conclusão de cada projeto, são respeitadas as obrigações de desempenho contratualmente identificadas. Este orçamento é elaborado e revisado periodicamente por profissionais de engenharia habilitados para precificar os custos e as receitas do contrato ao longo do tempo.

Quando o orçamento de um contrato de construção é estimado com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Esta metodologia é comumente conhecida como "POC" (*percentage of completion*).

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

No momento em que a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de "contas a receber de clientes", classificado como "serviços a faturar", conforme apresentado no *aging list* de contas a receber, na nota explicativa nº 6.

Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, for menor do que o valor total das notas fiscais emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “adiantamentos de clientes”, classificado como “serviços a prestar”.

- b) Contratos que são executados sob a forma conhecida como “Contratos com Remuneração por Administração”, possuem taxas de remuneração pré-acordadas, que são aplicadas sobre as medições apresentadas e aprovadas pelos clientes.

Nesse tipo de contrato a receita é reconhecida quando a referida medição é aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos para realizar determinadas etapas dos projetos e quando as obrigações de desempenho acordadas com o cliente são atendidas.

- c) Adicionalmente, existem contratos, de preço unitário.

Nesse tipo de contrato a receita também é reconhecida quando a referida medição é aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos e avanço da obra, conforme previstos em contrato.

Receita de serviços de operação e manutenção

Conforme determina a nova norma de reconhecimento de receita, CPC 47, as receitas de serviços de operação e manutenção são reconhecidas de acordo com a base contratual estabelecida, respeitando o reconhecimento por parte do cliente dos serviços pelo cliente e, em geral, representam um fluxo consistente de geração de direitos a receber para a Companhia em compensação pelos serviços de manutenção de equipamentos e infraestrutura operacional construída nas instalações de seus clientes.

Receita de vendas de mercadorias

A receita de venda de mercadoria é reconhecida quando a Companhia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referente à propriedade do produto. A receita está apresentada na demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na extensão da probabilidade de os benefícios fluírem para a Companhia e os custos puderem ser mensurados razoavelmente.

24.2. Composição

A composição da receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício pode ser demonstrada a seguir:

Consolidado

		% da receita		% da receita	
	31/12/2022	bruta	31/12/2021	bruta	
Receita bruta nacional	2.044.432	73,46	1.636.928	79,27	
Receita bruta estrangeira	738.679	26,54	428.158	20,73	
Receita bruta total de serviços e vendas	2.783.111	100	2.065.086	100	
Impostos sobre serviços e vendas	(97.975)	-3,52	(102.738)	-4,97	
Receita líquida de serviços e vendas	2.685.136	96,48	1.962.348	95,12	

24.3. Faturamento direto de fornecedores

Em alguns dos contratos executados pela Grupo AG, os fornecedores prestam serviços e/ou vendem materiais diretamente aos nossos clientes, dentro do escopo dos contratos assinados pela AG Engenharia, Consag e suas controladas, todas sobre a responsabilidade e gerenciamento da Andrade Gutierrez.

Em 2022, o total de receita faturada diretamente aos clientes por estes fornecedores foi de R\$662.114 (R\$761.636 em 2021). As receitas mencionadas (ou custos) e contas a receber (ou a pagar) são reconhecidas diretamente pelas partes envolvidas, clientes e fornecedores, sem qualquer impacto na demonstração do resultado ou balanço patrimonial da Companhia.

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

25.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

25.2. Composição

A composição dos custos e despesas por natureza podem ser assim demonstrados:

Controladora

	31/12/2022	31/12/2021
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(292)	(21)
Depreciação e amortização	(455)	(1.674)
Salários e encargos sociais	(29.937)	(11.362)
Contratação de serviços de terceiros	(17.378)	(4.569)
Energia elétrica	(20)	-
Impostos, taxas e encargos	(931)	(1.684)
Gastos com viagens	(508)	(116)
Outros	(432)	(621)
Total	(49.953)	(20.047)

Consolidado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(554.389)	(51.305)	(411.758)	(42.948)
Depreciação e amortização	(66.301)	(12.453)	(55.113)	(18.963)
Salários e encargos sociais	(847.395)	(276.425)	(708.545)	(293.552)
Contratação de serviços de terceiros	(815.080)	(260.768)	(675.729)	(162.234)
Energia elétrica	(4.507)	(1.103)	(5.207)	(1.351)
Impostos, taxas e encargos	(10.081)	(10.876)	(7.298)	(12.487)
Gastos com viagens	(46.085)	(12.821)	(42.410)	(8.335)
Outros	131.078	(18.766)	(21.500)	(6.377)
Total	(2.212.760)	(644.517)	(1.927.560)	(546.247)

26. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	328	31	31.557	47.182
Juros sobre créditos com partes relacionadas	16.524	11.754	10.640	2.333
Outras receitas financeiras	5	13	9.334	7.629
	16.857	11.798	51.531	57.144
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(34.029)	(15.672)	(659.808)	(497.802)
Juros sobre débitos com partes relacionadas	(178.879)	(134.311)	(64.136)	(15.799)
Juros de mora e taxas sobre outros passivos financeiros	(4)	-	(364.463)	(174.179)
Atualização monetária sobre parcelamentos tributários	(2.250)	-	(129.873)	-
Outras despesas financeiras	(497)	(2.682)	(52.249)	(99.228)
	(215.659)	(152.665)	(1.270.529)	(787.008)
Variações cambiais, líquidas	71.910	(67.412)	63.556	(262.435)
Resultado financeiro, líquido	(126.892)	(208.279)	(1.155.442)	(992.299)

27. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

27.1. Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

27.2. Resultado básico por ação

Considerando a média ponderada da quantidade de ações em circulação nos exercícios de 2022, o cálculo do resultado por ação é assim apresentado:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultados atribuíveis aos proprietários da Empresa	641.191	(1.331.281)
Média ponderada das ações ordinárias	2.000	2.000
Resultados por ação - R\$	320,5955	(665,6405)

27.3. Resultado diluído por ação

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e resultado básico por ação.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

28.1. Plano de Previdência Privada (AGPREV PGBL)

A Companhia e algumas controladas patrocina, com o propósito de complementar a aposentadoria de seus funcionários, um plano aberto, contratado com o Bradesco Vida e Previdência S.A. que possui como principal característica o fato da

patrocinadora não ter a obrigação legal ou constituída de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos, caracterizando-se como um plano de contribuição definida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estes pagamentos totalizaram R\$17.193 (R\$9.803 em 31 de dezembro de 2021).

29. SEGUROS

O Grupo AG adota uma rigorosa política de seguros e garantias que visa à identificação de riscos e a consequente decisão sobre a contratação das coberturas securitárias adequadas para projetos, mantendo cobertura de seguros em montantes e amplitudes considerados satisfatórios pela Administração.

Para proteger a integridade dos seus bens e direitos, em todas as obras e instalações administrativas, são considerados, dentre outras coisas, fatores como a concentração de riscos, o valor de reposição dos ativos, nível de exposição a riscos, além das particularidades de cada empreendimento. Uma área exclusiva da Grupo AG avalia e realiza a contratação, a identificação e a manutenção dos diversos seguros e das garantias dos projetos, sempre assessorada por brokers especializados, de renome internacional. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo AG possuía os seguintes montantes de seguros e garantias contratados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Risco de engenharia	7.548.181	7.291.554
Responsabilidade civil	477.728	391.295
Outros seguros (patrimoniais, equipamentos, etc.)	671.937	4.428.380
Garantias (seguro garantia e fiança bancária)	2.818.242	3.233.843
	11.516.088	15.345.072

30. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital, que é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (b) Risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado –como as taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros; (c) Risco de liquidez, que compreende o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito, que é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

a) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. Em 31 de dezembro de 2022, os índices de endividamento líquido são conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	150.547	241.200	3.390.117	6.312.346
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.590)	(1.934)	(643.991)	(503.169)
Dívida (caixa) líquida ("DL")	148.957	239.266	2.746.126	5.809.177
Patrimônio líquido ("PL")	(4.401.457)	(4.844.253)	(4.401.457)	(4.844.253)
DL / PL	-3,38%	-4,94%	-62,39%	-119,92%

b) Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos cambial

Resumo dos saldos patrimoniais da Companhia segregados entre moeda nacional e moeda estrangeira

Controladora

	31/12/2022		31/12/2021	
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Moeda estrangeira
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.590	-	1.934	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	433.945	-	500.563	-
	435.535	-	502.497	-
Passivos				
Fornecedores e subempreiteiros	7.282	-	952	-
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	150.547	-	241.200	-
Passivos de arrendamentos	-	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	780.281	949.792	850.819	813.215
	938.110	949.792	1.092.971	813.215

Consolidado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Moeda estrangeira
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	187.421	133.415	262.924	104.202
Títulos e valores mobiliários	827.789	101.929	607.059	135.653
Contas a receber de clientes	(499.686)	2.311.575	648.173	1.380.457
Créditos com partes relacionadas	426.570	-	438.008	98.519
	942.094	2.546.919	1.956.164	1.718.831
Passivos				
Fornecedores e subempreiteiros	448.737	571.947	377.652	776.668
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	22.502	-	32.148	-
Empréstimos e Financiamentos	816.753	2.573.364	2.863.781	3.448.565
Passivos de arrendamentos	39.577	4	50.167	246
Débitos com partes relacionadas	447.352	194.075	293.100	164.540
	1.774.921	3.339.390	3.616.848	4.390.019

Exposição a riscos de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos, substancialmente, em operações compromissadas, CDB's e *time deposits*. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos. Nenhum dos equivalentes de caixa ou aplicações financeiras da Companhia estão expostos a risco de perda no valor original aplicado, por tanto, o risco mencionado refere-se apenas à redução em relação aos montantes dos rendimentos a serem auferidos sobre tais ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos contratados vinculados a CDI, TJLP e taxas pré-fixadas. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos financeiros para a proteção contra a variação das taxas.

Resumo da exposição da Companhia às taxas de juros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de juros pré-fixada				
<i>Ativos</i>				
Títulos públicos	-	-	1.610	20.491
Time Deposit	-	-	125.728	144.704
	-	-	127.338	165.195
<i>Passivo</i>				
Financiamento de ativo fixo	-	-	62.698	54.151
Capital de giro	-	-	176.793	274.705
Bonds	-	-	2.396.571	3.241.444
	-	-	2.636.062	3.570.300
Taxa de juros pós-fixada				
<i>Ativos</i>				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.575	-	41.898	37.544
Operações compromissadas	-	-	322.511	87.874
Fundo de investimento	-	-	15.952	19.005
	1.575	-	380.361	144.423
<i>Passivos</i>				
Capital de giro	-	-	310.206	275.629
Debêntures	150.547	241.200	443.849	2.518.398
	150.547	241.200	754.055	2.794.027

Análise de sensibilidade da exposição da Companhia às taxas de câmbio e de juros

A Companhia elaborou uma análise de sensibilidade dos efeitos de variação cambial e das taxas de juros indexadas de seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise tais taxas foram estressadas em -50%, -25%, 25% e 50%, em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores e câmbios:

Controladora

Operação	Risco	Período até 31 de dezembro de 2022					
		31/12/2022					
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
CDI	Variação do CDI	0,1365	0,1365	0,0683	0,1024	0,1706	0,2048

Consolidado

Operação	Risco	Período até 31 de dezembro de 2022					
		31/12/2022					
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Taxa de câmbio R\$/EUR	Variação cambial EUR	5,5694	5,5971	2,7986	4,1978	6,9964	8,3957
Taxa de câmbio R\$/USD	Variação cambial USD	5,2177	5,2432	2,6216	3,9324	6,5540	7,8648
Taxa de câmbio R\$/DZD	Variação cambial DZD	0,0382	0,0385	0,0193	0,0289	0,0481	0,0578
Taxa de câmbio R\$/PEN	Variação cambial PEN	1,3783	1,3590	0,6795	1,0193	1,6988	2,0385
Taxa de câmbio R\$/XAF	Variação cambial XAF	0,0085	0,0085	0,0043	0,0064	0,0107	0,0128
Taxa de câmbio R\$/AOA	Variação cambial AOA	0,0104	0,0104	0,0052	0,0078	0,0131	0,0157
Taxa de câmbio R\$/MZM	Variação cambial MZM	0,0825	0,0830	0,0415	0,0622	0,1037	0,1245
Taxa de câmbio R\$/DOP	Variação cambial DOP	0,0933	0,0945	0,0472	0,0709	0,1181	0,1417
CDI	Variação do CDI	0,1365	0,1365	0,0683	0,1024	0,1706	0,2048
TJLP	Variação do TJLP	0,0720	0,0737	0,0369	0,0553	0,0921	0,1106

Cenário atual: refere-se ao cenário real no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 16 de fevereiro de 2023, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro, tais como, Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até o mês anterior ao da data de aprovação destas demonstrações financeiras;

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, em -50%, -25%, 25% e 50% respectivamente.

A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Análise de sensibilidade das taxas de juros

Controladora

Empréstimos e Financiamentos

Operação	Risco	Período até 31 de dezembro de 2022					
		31/12/2022					
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Debêntures	CDI	150.547	171.097	159.420	165.258	176.936	182.774
		150.547	171.097	159.420	165.258	176.936	182.774
	Efeito de ganho (perda)		20.550	(11.677)	(5.839)	5.839	11.677

Aplicações financeiras de liquidez imediata

Operação	Risco	Período até 31 de dezembro de 2022					
		31/12/2022					
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	CDI	1.575	1.790	1.668	1.729	1.851	1.912
		1.575	1.790	1.668	1.729	1.851	1.912
	Efeito de ganho (perda)		215	(122)	(61)	61	122
	Efeito de ganho (perda), líquido		20.335	(11.555)	(5.778)	5.778	11.555

Consolidado

Empréstimos e Financiamentos		31/12/2022		Período até 31 de dezembro de 2022			
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Operação	Risco						
Capital de Giro	CDI	310.206	352.548	328.487	340.517	364.579	376.609
Debêntures	CDI	150.547	171.097	159.420	165.258	176.936	182.774
Debêntures	TJLP	293.302	314.918	303.313	309.116	320.720	326.523
		754.055	838.563	791.220	814.891	862.235	885.906
Efeito de ganho (perda)			84.508	(47.343)	(23.672)	23.672	47.343

Aplicações financeiras de liquidez imediata		31/12/2022		Período até 31 de dezembro de 2022			
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Operação	Risco						
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	CDI	41.898	47.617	44.367	45.991	49.243	50.867
Operações compromissadas	CDI	137.093	155.806	145.172	150.489	161.123	166.440
Fundos de Investimento	CDI	8.501	9.661	9.002	9.331	9.991	10.320
		187.492	213.084	198.541	205.811	220.357	227.627
Efeito de ganho (perda)			25.592	(14.543)	(7.273)	7.273	14.543
Efeito de ganho (perda), líquido			58.916	(32.800)	(16.399)	16.399	32.800

Análise sensibilidade das taxas de câmbio

Consolidado

Empréstimos e Financiamentos		31/12/2022		Período até 31 de dezembro de 2022			
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Operação	Risco						
Capital de giro	USD	94.462	94.924	47.462	71.193	118.655	142.385
Capital de giro	XAF	71.831	72.195	36.098	54.146	90.244	108.292
Capital de giro	EUR	10.500	10.552	5.276	7.914	13.190	15.829
Bonds	USD	2.396.571	2.408.284	1.204.142	1.806.213	3.010.354	3.612.425
		2.573.364	2.585.955	1.292.978	1.939.466	3.232.443	3.878.931
Efeito de ganho (perda)			12.591	(1.292.977)	(646.489)	646.488	1.292.976

Aplicações financeiras de curto prazo		31/12/2022		Período até 31 de dezembro de 2022			
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Operação	Risco						
Time deposit	USD	22.697	22.808	11.404	17.106	28.510	34.211
Time deposit	EUR	2.591	2.604	1.302	1.953	3.255	3.906
Time deposit	PEN	121	119	60	89	149	179
		25.409	25.531	12.766	19.148	31.914	38.296
Efeito de ganho (perda)			122	(12.765)	(6.383)	6.383	12.765

Aplicações financeiras de curto prazo e longo prazo		31/12/2022		Período até 31 de dezembro de 2022			
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Operação	Risco						
Títulos públicos	USD	1.610	1.618	809	1.213	2.022	2.426
Time deposit	USD	100.319	100.809	50.405	75.607	126.012	151.214
		101.929	102.427	51.214	76.820	128.034	153.640
Efeito de ganho (perda)			498	(51.213)	(25.607)	25.607	51.213
Efeito de ganho (perda), líquido			(376)	38.448	19.224	(19.224)	(38.448)

Instrumentos financeiros por categoria

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

Controladora

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor contábil		Valor justo	Valor contábil		Valor justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.575	15	1.575	1.934	-	1.934
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	433.945	-	-	500.563	-
	1.575	433.960	1.575	1.934	500.563	1.934
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos	-	150.547	-	-	241.200	-
Passivos de arrendamentos	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e subempreiteiros	-	7.282	-	-	952	-
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	-	-	-	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	-	1.730.073	-	-	1.664.074	-
	-	1.887.902	-	-	1.906.226	-

Consolidado

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor contábil		Valor justo	Valor contábil		Valor justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	112.804	210.595	112.804	201.023	166.103	201.023
Títulos e valores mobiliários	-	962.960	-	-	742.712	-
Contas a receber de clientes	-	1.811.889	-	-	2.028.738	-
Créditos com partes relacionadas	17.937	408.633	-	-	536.527	-
	130.741	3.394.077	112.804	201.023	3.474.080	201.023
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos	-	3.390.117	-	-	1.154.320	-
Passivos de arrendamentos	-	39.581	-	-	32.148	-
Fornecedores e subempreiteiros	-	1.020.684	-	-	6.312.346	-
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	-	22.502	-	-	50.413	-
Débitos com partes relacionadas	1.524	673.312	-	-	457.640	-
Outros passivos	-	2.413.783	-	-	-	-
	1.524	7.559.979	-	-	8.006.867	-

c) Gestão do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

d) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a AGE acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de cada obra, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e de utilizar-se do mecanismo de proteção à prestação do serviço de engenharia e construção mediante faturamentos periódicos antecipados aos clientes, buscando manter sempre uma gestão de exposição mínima com seus clientes.

A Companhia tem focado em maior seletividade de seus clientes, aumentando a participação da receita advinda dos clientes privados ou de clientes do setor público que a Companhia entende possuir capacidade de geração independente de recursos, assim como participa em contratos em que os pagamentos são financiados por agências multilaterais, bancos comerciais dentre outras fontes de *funding* que mitiguem o risco de inadimplência do cliente e promovam previsibilidade do fluxo de caixa da Companhia. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

Historicamente, a Companhia e suas controladas tem recebido esses créditos mantidos junto aos seus clientes, incluindo aqueles atrasados há um ano ou mais e não vem apresentando perdas significativas, além dos já provisionados. O recebimento desses valores em atraso pode ocorrer mediante liquidação financeira ou mediante o recebimento de títulos ou outros ativos.

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas no exercício de 2022 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ajustes acumulados de conversão dos investimentos	(3.982)	(6.009)	(352.377)	(6.009)
Variações cambiais sobre os saldos de investimentos líquidos no exterior	-	-	116.068	-
IR e CSLL sobre as variações cambiais de investimentos no exterior	-	-	(28.797)	-
Aumento/Redução de capital de investidas com saldos de ativos	-	246.502	-	-
Valor Justo de propriedade de investimento líquido de impostos	-	-	(1.667)	(18.398)
Outros resultados abrangentes reflexos	(194.758)	81.397	(158.038)	46.295
	(198.740)	321.890	(424.811)	21.888

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria e foi autorizada a sua emissão em 25 de abril de 2023.

Ricardo Coutinho de Sena
PRESIDENTE

Newton Brandão Ferraz Ramos
DIRETOR DE CONTROLADORIA

Leandro Mariano Gonçalves
CRC-MG 105.896/O-1
CONTADOR RESPONSÁVEL